



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Letícia de Andrade

**Articulação intersetorial e comunitária: um estudo sobre a política de assistência social
no território**

Florianópolis
2020

Letícia de Andrade

**Articulação intersetorial e comunitária: um estudo sobre a política de assistência social
no território**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientador: Profa. Kátia Maheirie, Dra.

Coorientador: Prof. Allan Henrique Gomes, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Andrade, Leticia

Articulação intersetorial e comunitária : um estudo
sobre a política de assistência social no território /
Leticia Andrade ; orientador, Kátia Maheirie, coorientador,
Allan Henrique Gomes, 2020.
108 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Articulação intersetorial. 3. CRAS. 4.
Psicologia Social . 5. Território. I. Maheirie, Kátia. II.
Gomes, Allan Henrique. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Letícia de Andrade

Articulação intersetorial e comunitária: um estudo sobre a política de assistência social no território

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Lílian Caroline Urnau, Dra.
Universidade Federal de Rondônia

Profa. Andréa Vieira Zanella, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Kátia Maheirie, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2020.

Aos meus pais, Márcio e Salézia,
por todo investimento e dedicação,
por terem incentivado o amor pelos estudos.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que compõem o grupo de articulação, pelo acolhimento em seus encontros, pelos cafés, diálogos e por me ensinarem tanto sobre a força do coletivo e desta comunidade.

À professora Kátia por ter acolhido o meu desejo de realizar esta pesquisa, pelas sugestões, comentários e incentivos. Obrigada!

Ao professor e amigo Allan por acreditar em mim, pela torcida, incentivo, pela amizade e por tantos ensinamentos. Gratidão!

Agradeço às professoras que aceitaram o convite de compor a banca: Dra. Lílian Urnau e Dra. Andréa Zanella, e também às professoras Dra. Andrea Barbará e Dra. Isabel Fernandes que participaram da banca de qualificação.

Ao companheiro de estrada Orlando pelas trocas e pela amizade. Agradeço também por ter me apresentado a Dulce e o Cláudio que me acolheram em sua casa com muita hospitalidade. Muito obrigada!

À Secretaria de Assistência Social de Joinville pelo aceite a proposta da pesquisa, especialmente à Enerstina pela abertura e entusiasmo com este trabalho.

À minha mãe Salézia e ao meu pai Márcio, pelo incentivo aos estudos ao longo da vida, apoio e amor. Ao meu companheiro Dionatan pela paciência, suporte e cuidado cotidiano.

Ao Pierre, amigo-irmão, por sempre me escutar e encorajar.

Ao Júlio, amigo que acompanhou e colaborou com a pesquisa bem de perto. Muito obrigada!

Aos amigos e amigas que conheci na graduação em Psicologia e que se fizeram presentes durante os itinerários de pesquisa, congressos e bons encontros: Ana, Jhonny, Lilian, Milena, Priscila e Bruna.

Ao Programa de Pós Graduação da UFSC, especialmente ao Gileade por todo auxílio e agilidade nas informações.

À CAPES por tornar possível a minha trajetória no mestrado e esta pesquisa por meio da bolsa concedida.

RESUMO

A partir da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 e a organização do trabalho em dois níveis: proteção social básica e proteção social especial, a intersetorialidade e a territorialização passaram a ser conceitos chaves para a compreensão e ação nesta política pública, especialmente na proteção social básica. Este nível de proteção é operacionalizado nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Esta dissertação propõe uma investigação acerca do trabalho intersetorial que é desenvolvido em um CRAS no município de Joinville – SC. A pesquisa foi orientada teórica e metodologicamente pela psicologia sócio-histórica em diálogo com Jacques Rancière. A produção de informações no campo de pesquisa foi construída a partir de observações-participantes nas reuniões do grupo de articulação, entrevistas semi-estruturadas com atores expressivos e representativos do grupo de articulação, além do acesso às atas e ofícios produzidos pelo coletivo estudado. A análise foi inspirada no método da igualdade proposto por Rancière, pautada aqui na articulação horizontalizada entre os enunciados emanados das entrevistas, dos documentos e da literatura, evidenciando as experiências de verificação da igualdade no contexto estudado. Os resultados dessa investigação foram sistematizados na forma de três artigos: 1) Assistência social e intersetorialidade: uma revisão de literatura, 2) “*Eu vim aqui pra fazer política*”: articulação comunitária e democracia participativa e 3) (Re)união, feira e horta: expressões do trabalho intersetorial de um território. Considera-se que o trabalho de articulação intersetorial mobilizado pelo CRAS é potente, pois é construído a partir do território, fomenta a criação de vínculos e a participação social.

Palavras-chave: Articulação intersetorial. CRAS. Participação Social. Psicologia Social. Território.

ABSTRACT

Since the creation of the Unified Social Assistance System (SUAS) in 2005 and the organization of work on two levels: basic social protection and special social protection, intersectoriality and territorialization have become key concepts for understanding and acting in this public policy, especially in basic social protection. This level of protection is operationalized at the Social Assistance Reference Centers (CRAS). This dissertation proposes an investigation about the intersectoral work that is developed in a CRAS in the city of Joinville - SC. The research was guided theoretically and methodologically by socio-historical psychology in dialogue with Jacques Rancière. The production of information in the research field was built from participant observations in the articulation group meetings, semi-structured interviews with expressive and representative actors in the articulation group, in addition to access to the minutes and letters produced by the studied group. The analysis was inspired by the equality method proposed by Rancière, based here on the horizontal articulation between the statements emanated from the interviews, documents and literature, showing the experiences of checking equality in the studied context. The results of this investigation were systematized in the form of three articles: 1) Social assistance and intersectoriality: a literature review, 2) "I came here to do politics": community articulation and participatory democracy and 3) (Re) union, fair and vegetable garden: expressions of the intersectoral work of a territory. It is considered that the intersectorial articulation work mobilized by CRAS is powerful, since it is built from the territory, it fosters the creation of bonds and social participation.

Keywords: Intersectoral articulation. CRAS. Social Participation. Social Psychology. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Joinville	29
Figura 2 - Conjunto Habitacional Adhemar Garcia	32
Figura 3 - Mapa do território	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes da pesquisa	26
Quadro 2 – Ano de publicação por eixo.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEI Centro de Educação Infantil

COMAM Conselho de Associações de Moradores do município de Joinville

COM-VIDA Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

CRAS Centro de Referência em Assistência Social

FAMJO Federação das Associações de Moradores de Joinville

LOAS Lei Orgânica de Assistência Social

NOB Norma Operacional Básica

PAIF Programa de Atenção Integral à Família

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PSB Proteção Social Básica

PSE Proteção Social Especial

SECULT Secretaria de Cultura e Turismo

SUAS Sistema Único de Assistência Social

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS Unidade Básica de Saúde

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
UMA PORTA DE ENTRADA	17
CONSTRUINDO O ITINERÁRIO DA PESQUISA	23
RESULTADOS PRELIMINARES: MAPEANDO O TERRITÓRIO.....	29
ARTIGO 1: ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERSETORIALIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA	34
ARTIGO 2: “EU VIM AQUI PRA FAZER POLÍTICA”: ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	51
ARTIGO 3: (RE)UNIÃO, FEIRA E HORTA: EXPRESSÕES DO TRABALHO INTERSETORIAL DE UM TERRITÓRIO.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA	101
APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS (ENTREVISTA)	102
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103

APRESENTAÇÃO

Durante a graduação em Psicologia fui monitora em um Laboratório de Psicologia Social Comunitária que, em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município, promovia projetos de pesquisa e extensão, percursos de formação, e diversas discussões sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e temáticas associadas. Pesquisei aspectos históricos relacionados à inserção da psicologia na assistência social em Joinville (Andrade; Braga; Souza & Gomes, 2017) e sobre a intersetorialidade na atenção às pessoas em situação de rua (Veridiano; Andrade & Gomes, 2017). Participei de um projeto de formação com trabalhadoras da proteção social básica de Joinville (Gomes, Andrade & Maheirie, 2017), que colaborou para a curiosidade acerca dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

A pesquisa interinstitucional Experiências Coletivas em Centros de Referência em Assistência Social, coordenada pela professora Dra. Kátia Maheirie, fomentou a visita a todos os CRAS de Joinville, construindo conhecimentos acerca das práticas, potencialidades e desafios desses serviços na cidade. Uma das questões levantadas neste estudo estava relacionada ao princípio da intersetorialidade, mais especificamente, ao desafio para a formação de redes de articulação intersetorial nos territórios de abrangência dos CRAS.

Além do enlace com a política de assistência social, a graduação em Psicologia mediou o meu encontro com a psicologia social crítica, especialmente a perspectiva sócio-histórica, embasada no materialismo histórico-dialético. Esta perspectiva concebe o sujeito como produto e produtor da sua própria história e da realidade social, em processo sempiterno de constituição, por meio das relações sociais. Nesse sentido, o sujeito tem caráter ativo nos processos de objetivação/subjetivação, permeados pelo afeto, criatividade e imaginação (Sawaia, 2014).

A psicologia social brasileira se constituiu a partir do enfrentamento ao contexto de desigualdade que caracterizava a maioria dos países da América Latina entre os anos de 1960 e 1970. A Psicologia no Brasil foi regulamentada como profissão em 1962 e era marcada por práticas elitistas, fato que afastava a profissão de responder de forma coerente as demandas do país. A psicologia sócio-histórica constituiu-se como um referencial teórico potente para o questionamento desse posicionamento e redirecionamento da Psicologia (Sawaia, 2014).

A inserção do debate acerca das políticas públicas na formação em psicologia tomou corpo a partir da compreensão do “compromisso social da psicologia” e da luta

antimanicomial, que assegurou o lugar do psicólogo nas políticas públicas. Vale ressaltar que o SUAS estabelece o psicólogo como profissional de referência nas equipes, isto quer dizer, o campo socioassistencial se tornou um dos maiores empregadores desta categoria profissional, demandando estudos e reflexões acerca dos saberes e fazeres neste campo (Yamamoto & Oliveira, 2010).

As leituras relacionadas a psicologia social e seus interlocutores, bem como os contatos com o Núcleo de Pesquisas em Práticas Sociais, Estética e Política da Universidade Federal de Santa Catarina (NUPRA/UFSC) mediaram meu encontro com o filósofo Jacques Rancière, importante articulador teórico e metodológico desta investigação. O referido autor compreende a igualdade em uma perspectiva ontológica, e problematiza o fato de a desigualdade ser ordenadora das experiências humanas (Rancière, 2015). A partir dessas e de outras questões o autor enfatiza suas discussões nas relações entre estética e política.

As aproximações com o campo socioassistencial e com os referenciais teóricos mencionados permearam minha trajetória acadêmica e foram produzindo inquietações e questionamentos, além de fortalecerem o interesse em promover e estudar questões relativas ao enfrentamento da desigualdade social, bem como o trabalho com coletivos e comunidades. Ingressei no mestrado em Psicologia com o desejo de pesquisar a articulação intersetorial mobilizada pelos CRAS em Joinville. Portanto, a pesquisa que originou esta dissertação tem como objetivo principal investigar o trabalho intersetorial que é desenvolvido em um CRAS no município de Joinville – SC, e como objetivos específicos: 1) descrever o processo de constituição do trabalho intersetorial em um CRAS e 2) identificar aspectos que favorecem e que dificultam o processo de constituição do trabalho intersetorial em um CRAS.

Na seção seguinte, tracejo a problemática que norteia este projeto, costurando questões acerca da política de assistência social e suas tramas. Posteriormente, dedico um capítulo as discussões metodológicas que apresentam o modo como o itinerário desta investigação foi se construindo, a partir do encontro com o campo de pesquisa. Em seguida, apresento o campo estudado, discutindo o conceito de território. Os resultados específicos desta investigação foram sistematizados na forma de três artigos que tem como título: 1) Assistência social e intersetorialidade: uma revisão de literatura, 2) *“Eu vim aqui pra fazer política”*: articulação comunitária e democracia participativa e 3) (Re)união, feira e horta: expressões do trabalho intersetorial de um território. No primeiro apresento uma revisão de literatura onde mapeei e discuti artigos científicos relacionados as temáticas: assistência social e intersetorialidade, o segundo trata das trajetórias de vida e participação política e associativismo dos entrevistados

e o terceiro sobre os modos de trabalho intersetorial construídos pelo grupo de articulação estudado.

UMA PORTA DE ENTRADA

Para compreender a política pública de assistência social, faz-se necessário compreender a história das políticas sociais no Brasil e a discussão sobre a questão social, definida como “conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos postos pela emergência da classe trabalhadora nos marcos de consolidação do Modo de Produção Capitalista, ou seja, é a manifestação, no cotidiano, da contradição capital-trabalho” (Oliveira & Costa, 2018, p. 33). A partir da evolução do capitalismo no mundo e no Brasil e a acumulação da riqueza por uma pequena parcela da população, surgem os movimentos populares e dos operários em favor de condições e direitos. Portanto, a política social está engendradora às lutas sociais, e tornou-se, de certa forma, interessante ao Estado (Piana, 2009). Com o processo de industrialização e o pós-guerra, diversos países iniciaram o desenvolvimento de políticas sociais.

Na Europa criaram uma proposta unificada de respostas sociais, conhecida como *welfare state*. Já na América Latina, as políticas sociais foram sendo desenvolvidas e “incorporadas de forma fragmentada e setorial” (Sposati, 2011, p. 105). A partir de 1930, com a crise mundial do capitalismo e o governo de Getúlio Vargas, o Brasil já desenvolvia estratégias de enfrentamento à questão social, isto quer dizer, medidas sociais nacionais que visavam à qualificação da força de trabalho e desenvolvimento econômico, diante do processo de industrialização.

Faz-se necessário diferenciar política social e política pública, de acordo com Oliveira e Costa (2018, p. 33):

É importante atentar para o caráter ‘social’ da política. Esse adjetivo lhe confere o estatuto de ser direcionada para a coletividade pauperizada, assim, as políticas sociais, diferentemente das políticas públicas (que podem voltar-se para a sociedade em geral, a exemplo da segurança pública), voltam-se para um segmento que necessita de um suporte do Estado para manter ou adquirir condições mínimas de sobrevivência. Seu caráter social engloba tanto políticas sob responsabilidade exclusiva do Estado (políticas públicas sociais) como parcerias público-privadas e intervenções do “Terceiro Setor” voltadas para o social (políticas sociais). Portanto, o caráter social atribui à política uma função particular no MPC [modo de produção capitalista]: minimizar as sequelas da “questão social”.

O período da ditadura militar brasileira (1964-1985) foi marcado pela ampliação da desigualdade social, caracterizado por um alto índice de famílias abaixo da linha da pobreza, com baixa expectativa de vida, altas taxas de mortalidade infantil, deficiências alimentares e exclusão escolar. As políticas sociais ainda estavam orientadas por perspectivas elitistas e populistas, pautadas na capacidade contributiva de cada trabalhador sem um sistema de redistribuição de renda (Yamamoto & Oliveira, 2010).

A política de Assistência Social, assim como as demais políticas públicas, se apresenta como uma possibilidade para o enfrentamento da desigualdade social. Após a redemocratização, com a luta dos movimentos sociais, a Constituição Federal de 1988 incluiu a Assistência Social como um direito, compondo o tripé da seguridade social (assistência social, saúde e previdência social). Com esse marco legal algumas medidas públicas fortaleceram os preceitos constitucionais relativos à Assistência Social, tais como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto do Idoso.

No primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) as iniciativas para a instituição de um sistema de assistência social foram deixadas de lado. Já no segundo mandato (1999-2002) foi possível perceber um movimento em direção ao enfrentamento da pobreza e dos índices de subdesenvolvimento, como por exemplo, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa-Escola, Programa Agente Jovem, o Bolsa Alimentação e o Programa Auxílio Gás (Yamamoto & Oliveira, 2010).

De acordo com Yamamoto e Oliveira (2010) “ao final do governo FHC, o Brasil havia estruturado uma rede de proteção social ampla, fragmentada e com programas que se sobrepujam e concorriam uns com os outros por financiamento” (p. 17). Foi a partir de 2003, com o governo Lula, que as ações passaram a ser sistematizadas e unificadas, a partir da criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do projeto Fome Zero e do Programa Bolsa Família (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Historicamente a assistência social era marcada por práticas assistencialistas e beneficentes, ligadas a práticas religiosas e ao primeiro damismo. As ações eram fragmentadas, pontuais e não colaboravam para a prevenção das situações de violação de direito, tampouco para o enfrentamento das vulnerabilidades. Em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, no ano seguinte, em 2005 com a Norma

Operacional Básica (NOB) que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado, operacionalizando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e visava romper com o passado caritativo e assistencialista.

Com o aprimoramento da política de assistência a oferta de serviços foi dividida e tipificada. Esse modelo de gestão estabelece dois níveis de proteção social: 1) proteção social básica (PSB), responsável por planejar e executar ações preventivas, que se antecipem às ocorrências de risco e vulnerabilidades, com um trabalho alinhado as demandas apresentadas pelo território e pelas famílias; 2) proteção social especial (PSE), onde são atendidas pessoas e famílias que se encontram em situação de violação de direitos, como: rompimento de vínculos afetivos, violências, adolescentes em conflito com a lei, e etc (Brasil, 2009).

A PSB é operacionalizada nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), com a oferta dos serviços de: a) Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. A PSE é subdividida em dois níveis de complexidade: média e alta. A média complexidade é executada nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), que ofertam os serviços: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, e de Prestação de Serviços à Comunidade; d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. A alta complexidade é caracterizada pelo serviço de acolhimento, que pode ser: institucional, em república, em família acolhedora. Além disso, prevê um serviço específico de proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (Brasil, 2009).

Este trabalho tem seu campo na PSB, especialmente em uma das funções do CRAS. Portanto, adentraremos em algumas discussões acerca desse equipamento público. O CRAS é o principal equipamento da PSB, caracterizando-se como porta de entrada da Assistência Social, destinado a pessoas e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e pessoal, com a proposta do fortalecimento dos vínculos familiares e na convivência comunitária. Trata-se de uma “unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF” (Brasil, 2009, p. 9).

A equipe de referência do CRAS é formada por um coordenador, técnicos de nível médio e de nível superior, assistentes sociais e psicólogos, em número proporcional as famílias referenciadas. Tem como objetivo a prevenção “de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (Brasil, 2009, p. 9).

O trabalho com a finalidade de prevenção, ou seja, com indivíduos e famílias que não sofreram violação de direitos é uma novidade do SUAS. A atuação do CRAS tem como princípios a matricialidade sociofamiliar, isto quer dizer, a família enquanto núcleo social básico das ações e serviços das políticas, e a territorialização, ou seja, o território enquanto determinante para a compreensão e enfrentamento de vulnerabilidade e risco social. O principal serviço oferecido é o PAIF, cujo objetivo consiste na orientação e no convívio sociofamiliar e comunitário (Brasil, 2009).

A oferta do PAIF inclui o trabalho social com as famílias, composto pela acolhida, oferta de oficinas, planejamento de ações comunitárias e particularizadas e encaminhamentos. Além disso, as famílias são atendidas e acompanhadas pelos trabalhadores do serviço. É possível perceber como o trabalho do CRAS é integrado, uma vez que para executar algumas dessas ações, faz-se necessário atuar a partir da territorialização. Por exemplo, para planejar ações comunitárias a equipe técnica do CRAS precisa conhecer os interesses da comunidade local, e as possibilidades de parceria para qualificar o planejamento e execução das ações (Brasil, 2012).

Além da oferta do PAIF, também é função do CRAS a gestão da proteção social básica no território, que abrange: “a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, todas realizadas no território de abrangência dos CRAS” (Brasil, 2009, p. 19). O CRAS apresenta centralidade na proteção social do território de abrangência e a articulação entre o PAIF e a gestão da proteção social é necessária para efetividade do serviço.

De acordo com Brasil (2009), a promoção da articulação intersetorial visa a construção de uma rede de proteção básica, composta por outras políticas públicas como, por exemplo saúde e educação, secretarias municipais de infraestrutura, habitação, esporte, cultura, representantes do sistema de garantia de direitos, centros de convivência, entidades comunitárias, associações, movimentos sociais e afins. Para que o trabalho

aconteça, faz-se necessário o diálogo e conhecimento dos fluxos de trabalho, bem como a construção de formas de trabalho em conjunto.

A promoção da articulação intersetorial além de ser uma função, é uma das ferramentas de trabalho do CRAS que viabiliza a garantia de direitos, uma vez que incentiva a criação e manutenção de uma rede de proteção social, com a integração de diversos setores e instituições, governamentais, não governamentais e sociedade civil. Com diferentes saberes e práticas, essas organizações são capazes de construir respostas inovadoras às situações de vulnerabilidade vivenciadas nos territórios. A articulação intersetorial na comunidade favorece a criação de ações comunitárias e coletivas (Brasil, 2009).

A participação cidadã está amalgamada com a política de assistência social, uma vez que a conquista da própria assistência como um direito se deu por meio de lutas e mobilização social. Ações que proporcionam e incentivam a participação, a aprendizagem democrática, a identificação e manifestação de interesses comuns, bem como o “aumento da capacidade de formular proposições e reivindicações e a emergência de diferentes formas de organização e associativismo para defesa de interesses coletivos” (Brasil, 2012, p. 37) são finalidades e formas de trabalho do CRAS, viabilizadas pela gestão da proteção social no território e que colaboram para o alcance dos objetivos do PAIF (Brasil, 2012).

A situação atual da política de assistência social aponta para a necessidade de intensificar a participação social e o acesso à informação acerca dos direitos, uma vez que desde o governo Temer (2016-2018) colaborou para o sucateamento das políticas públicas estabelecendo um teto para os gastos sociais com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016. Além disso, houve uma redução de gastos com benefícios assistenciais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. O governo Bolsonaro, também pautado em uma perspectiva neoliberal, tem fomentado reformas que colocam em risco direitos adquiridos, como a reforma da previdência social (Costa, 2019).

Compreende-se que as consequências da questão social se tornam objeto de intervenção por um interesse que não é o enfrentamento dessa problemática por parte do estado. Isto quer dizer, a questão social é “tratada de forma fragmentária e parcializada” (Yamamoto, 2007, p. 32). O mesmo autor afirma que a “as expressões da questão social são tratadas de forma particular – e assim, enfrentadas. É, portanto, na forma de políticas setorizadas que as prioridades no campo social são definidas” (Yamamoto, 2007, p. 32).

De acordo com Yazbek *et al.* (2011, p. 117), as políticas sociais se inscrevem na lógica de setorização que recorta o social em partes. A partir disso, os autores compreendem que a

fragmentação das políticas brasileiras demanda um processo de articulação, com a finalidade de superar a forma de trabalho organizada a partir da resolução de problemas, sem intervir nas causas estruturais que os originam.

Para Oliveira e Costa (2018):

Pela via do trabalho/trabalhador a “questão social” passa a ser alvo de intervenção sistemática do Estado por meio da política social. Entretanto, sob o discurso da otimização, o Estado fragmenta o trato à “questão social” e setoriza a política social, dividindo-a em políticas sociais, que tratam das expressões da “questão social” de forma particular. Daí surgem sistemas estatalmente regulados de saúde, de assistência social, de educação, de habitação, entre outros (p. 33).

É possível afirmar que o trabalho intersetorial é necessário, pois a fragmentação que constituiu as políticas públicas e sociais no Brasil acaba não fazendo parcialmente o enfrentamento a questão social. Nesse sentido, a investigação acerca da promoção da articulação intersetorial mobilizada por um CRAS em Joinville apresenta-se como uma proposta coerente com os objetivos da política de assistência social e com as demandas do cenário brasileiro atual.

Joinville é uma cidade ao norte catarinense, com quase 577 mil habitantes. Apresentou um aumento populacional a partir da década de 70, decorrente das migrações em busca de emprego nas indústrias do setor metal mecânico, que rege a economia do município. No Cadastro Único em outubro de 2017 havia 21.982 famílias joinvillenses cadastradas, isto quer dizer, famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa que são público alvo da proteção social básica (Joinville, 2017).

Apesar de Joinville ter 42 bairros, existem apenas nove CRAS. Esses nove são responsáveis pela cobertura de todo território, portanto, as famílias que moram em um bairro que não possui CRAS são referenciadas pelo CRAS do bairro vizinho. Neste sentido, o território de referência de um CRAS em Joinville é grande, podendo chegar ao conjunto de dez bairros (Joinville, 2017).

Compreende-se a importância do conhecimento deste território, do mapeamento das iniciativas governamentais e não governamentais que podem contribuir com o objetivo da proteção social básica, uma vez que este objetivo só é alcançado com o atendimento integral do cidadão, questão que convoca o trabalho intersetorial. A partir das informações expostas, mostra-se pertinente pesquisar a intersetorialidade em um CRAS de Joinville, diante da realidade populacional, bem como da compreensão que a assistência a essa população só poderá ser eficaz a partir do trabalho articulado em rede.

CONSTRUINDO O ITINERÁRIO DA PESQUISA

Com a discussão acerca das políticas públicas na graduação em Psicologia, entrei em contato com a Política de Assistência Social, especialmente com a Proteção Social Básica. A curiosidade sobre a dimensão comunitária desse nível de proteção, bem como a potência de trabalho no território me moveram a participar de estágios e projetos de pesquisa e extensão nesse campo. Quando ingressei no mestrado, sabia que gostaria de pesquisar a articulação intersetorial e comunitária mobilizada pelos CRAS, mas não tinha clareza de como isso se decorreria.

Durante a escrita do projeto de pesquisa do mestrado tentei me inserir em espaços de discussão sobre assistência social e intersetorialidade. Para tanto, ainda no ano de 2018 participei como observadora de quatro encontros: 1) Escola de Rede, onde um representante da rede de proteção à infância e adolescência de um dos bairros de Joinville trouxe alguns dados sobre o território, e citou ações realizadas pela rede, motivando os participantes do evento, para que criem outras redes em seus territórios, principalmente onde existem CRAS. 2) Primeiro encontro da rede de um CRAS. Nessa ocasião pude observar a primeira reunião intersetorial em um CRAS recém-criado. Participaram serviços governamentais, e entidades referenciadas por prestarem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos. Apresentaram e discutiram acerca da população em situação de rua e os serviços especializados. 3) Encontro de formação dos trabalhadores do SUAS, com a temática “SUAS e seus desafios na prática”. Neste dia foram discutidas questões acerca da necessidade de conhecer as demandas dos territórios e da função do CRAS de gestão do território. Nesse dia encontrei a coordenadora de um dos CRAS de Joinville que comentou sobre o grupo de articulação que acontece no território do CRAS onde trabalha e se colocou à disposição para que a pesquisa acontecesse lá. 4) Projeto piloto de diagnóstico socioterritorial, encontro organizado pela vigilância socioterritorial do município, com o objetivo de definir a estratégia de coleta de dados.

Concomitante as observações em diversos eventos e encontros relacionados à Política de Assistência Social em Joinville, realizava uma revisão de literatura, buscando produções científicas que se relacionavam com as temáticas intersetorialidade, redes e assistência social. Dessa forma, já estava me relacionando com o campo-tema da pesquisa, a partir da concepção de Spink (2003, p. 28), na qual o campo-tema não é concebido como um lugar específico e distante, ao contrário, o pesquisador encontra-se em campo não somente quando negociou sua

entrada em um evento ou local específico, mas em outros momentos em que está se relacionando com a pluralidade das questões pesquisadas.

Após a qualificação do projeto de pesquisa, no ano seguinte, apresentei o projeto à Secretaria de Assistência Social de Joinville, para a gestão da Proteção Social Básica e do Trabalho. A gerência assinou a declaração de anuência (apêndice A) autorizando a pesquisa e me indicou três CRAS para que o estudo fosse realizado, eu tinha a liberdade de escolher ou fazer em todos eles. Até o ano de 2017 Joinville contava com seis CRAS. Em 2018 a Secretaria Assistência Social implantou mais três, totalizado nove CRAS na cidade. A criação de novas unidades faz parte do planejamento da Secretaria Municipal de Assistência Social de ampliar a cobertura descentralizada da Proteção Social Básica na cidade.

Após a aprovação do projeto no comitê de ética em pesquisa com seres humanos, com número CAAE 13378819.0.0000.012, escolhi começar por um dos CRAS recém-criados, onde já tinha contatos e observado uma reunião. Conversei com a equipe do CRAS e tive acesso a agenda das próximas reuniões. Era uma agenda extensa, pois o CRAS tinha decidido reunir as entidades e serviços por seguimento, então estavam marcadas reuniões em datas diferentes com: escolas, igrejas, instituições que ofertam o programa jovem aprendiz, serviços de convivência, habilitação e reabilitação.

Depois de acompanhar algumas dessas reuniões, resolvi entrar em contato com outro CRAS indicado, Adhemar Garcia. A coordenadora me autorizou a participar da reunião de articulação do território, intitulada “grupo de articulação”. Na primeira reunião em que participei apresentei a proposta aos presentes, cerca de 30 representantes de serviços governamentais e não governamentais e contei com o aceite do grupo para realização da pesquisa. Acompanhei o grupo de articulação durante os meses de abril a setembro de 2019, os encontros aconteceram nas segundas quartas-feiras de cada mês, com aproximadamente duas horas de duração, no período da manhã. As reuniões são itinerantes e nesse período em que participei aconteceram em: Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais, Instituições Religiosas.

Fiz a opção por continuar a pesquisa conhecendo, observando e participando do processo de articulação do CRAS Adhemar Garcia, pelos objetivos delineados na pesquisa. A partir das aproximações com a psicologia sócio-histórica e seu principal interlocutor, Vigostki (2007), compreende-se que todos os fenômenos precisam ser concebidos e estudados como processos, em movimento e mudança. A pesquisa foi delineada a partir do reconhecimento da

processualidade, considerando as condições sociais, históricas e culturais da realidade e dos sujeitos estudados.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o objetivo de pesquisa não está dado, estático ou acabado, mas sim em processo de constituição, uma vez que é engendrado historicamente. O grupo de articulação está em perene constituição, em processo de construção de si a partir do território e, (re)construção do território a partir das suas objetivações. Portanto, o método foi sendo construído durante a trajetória da pesquisa, com as convocações que esse processo foi fazendo (Zanella *et al.*, 2007).

Compreendo que essa etapa da pesquisa foi pautada na perspectiva da observação participante. Para Minayo (2015) o pesquisador se insere no campo como observador, modificando o contexto e sendo modificado por ele. Nesse sentido, o observador torna-se parte da conjuntura estudada, com o objetivo de compreender a realidade de um determinado grupo pesquisado. Existem fenômenos da vida cotidiana que não podem ser registrados por meio de questionários ou entrevistas, mas que a observação pode desvelar. Detalhes, relações, recortes da vida real que podem ser observados na medida em que o pesquisador participa.

A partir disso, é possível afirmar que a observação participante nos encontros do grupo de articulação do CRAS Adhemar Garcia também se relaciona com o pesquisar no cotidiano (Spink, 2008). Afinal, as reuniões, ações, e afins, constituem o cotidiano de trabalho dos participantes desta pesquisa. Assumir a postura de pesquisador no cotidiano é contrapor os “métodos planejados em que se delinea *a priori* um roteiro de perguntas sobre um tema previamente acordado e operacionalmente definido, ser um pesquisador no cotidiano se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros situados” (Spink, 2008, p. 72).

Na segunda etapa da pesquisa realizei entrevistas semi-estruturadas. Esse recurso metodológico é comumente associado à observação participante (Minayo, 2015). A partir de um roteiro guia (apêndice B) entrevistei pessoas que foram observadas como atores expressivos e representativos no grupo de articulação, que participavam assiduamente e foram indicados pela facilitadora do grupo. As entrevistas foram realizadas individualmente, a partir da disponibilidade e aceite dos participantes, formalizado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice C). Também agendei no local de preferência de cada um, fato que colaborou para que eu conhecesse mais instituições que participavam da rede.

A perspectiva de Zago (2003) contribui para este trabalho, sobretudo pela compreensão de que a condução da entrevista semiestruturada por se aproximar de uma

discussão ou conversa, e que não precisa se constituir como um encontro somente para o levantamento de conhecimentos, ou coleta de dados, mas que as perguntas disparassem a conversa sobre questões que os sujeitos vivenciam em seu cotidiano. As entrevistas foram realizadas no CRAS, na sede da pastoral antialcoólica, em duas casas de moradoras do bairro Adhemar Garcia, na Associação de Moradores do Bairro Adhemar Garcia e na horta comunitária. Foram entrevistados os seguintes participantes, de acordo com o quadro 1:

Quadro 1 – Participantes das entrevistas

Participantes	Entidades/serviços que representa
Participante 1	CRAS, facilitadora do grupo de articulação
Participante 2	Associação de moradores, conselho local de saúde, pastoral antialcoólica
Participante 3	Feira do Parque, COM-VIDA, associação de moradores
Participante 4	Serviço Especializado em Reabilitação (SER), secretária do grupo de articulação
Participante 5	Associação de moradores, conselho local de saúde
Participante 6	Horta comunitária
Participante 7	Conselho local de saúde, associação de moradores, conselho de associações de moradores do município de Joinville (COMAM)

Fonte: elaboração própria

Na medida em que observava, participava das reuniões e percorria o bairro realizando as entrevistas eu conhecia o território pesquisado, sua história e demandas. Lembrei-me das discussões da psicologia comunitária e percebi a convocação que a pesquisa me fazia: voltar o olhar para a comunidade. Campos (2010) afirma que um dos pressupostos para a produção de conhecimento na comunidade é a interação entre o pesquisador e os sujeitos. Trabalhando juntos, podem explicar os problemas colocados e planejar ações para superação da realidade vivida.

Freitas (2015, p. 251) afirma que assumindo um compromisso com a transformação social na pesquisa e inserção na comunidade é que encontramos o “lugar e a tarefa da Psicologia Social Comunitária: dedicar-se à análise e proposição de redes de convivência comunitária na vida cotidiana das pessoas, grupos, movimentos populares e comunidades”. Neste sentido, como pesquisadora, me coloquei à disposição das discussões realizadas no

grupo, da compreensão das realidades concernentes ao território, e da proposição de ações neste contexto. Diante dessa escolha retomei textos da psicologia comunitária, e me atendi aos fazeres e saberes construídos comunitariamente pelo grupo estudado, especialmente a atividade das associações de moradores, conselhos locais, e o cotidiano e a história das pessoas que compõem esse grupo e fazem parte da comunidade estudada.

Recorro a Diehl *et al.* (2006, p. 411) para pontuar a importância da escrita desde os primeiros momentos da pesquisa. A escrita em diário de campo possibilita “uma forma de distanciamento e de deslocamento da posição perante a experiência”. Isto quer dizer, na medida em que fui vivenciando a pesquisa fiz o exercício da escrita narrativa em diário de campo, incluindo-me nas anotações e me implicando no processo. Freitas e Pereira (2018) também contribuem para a compreensão do processo de escrita em diário de campo, afirmando que este instrumento além de registrar questões vivenciadas no campo da pesquisa, também contempla emoções, reflexões acerca do relacionamento com o campo e o tema da investigação.

Nesta imersão no campo de pesquisa, também visitei o arquivo histórico de Joinville e entrei em contato com recortes de jornal que contavam a história dos bairros. Além desses documentos, o CRAS cedeu cópias das atas e ofícios que registram os seis anos de trabalho do grupo de articulação. Reuni os arquivos, as transcrições das entrevistas e anotações em diário de campo para proceder com as análises. Privilegiei as transcrições na análise, elegendo-as como material de fonte primária. As anotações em diário de campo, materiais do arquivo histórico de Joinville e documentos (atas e ofícios) do grupo foram trabalhadas como fonte secundária.

Para analisar, identifiquei assuntos recorrentes e construí dois grandes eixos, que deram origem a dois dos artigos que apresentarão e discutirão os resultados dessa pesquisa. O processo foi orientado pelo Método da Igualdade, proposto por Rancière (2014) e pela psicologia sócio-histórica. A pesquisa científica guiada pelo princípio da igualdade exige do pesquisador uma postura ignorante, isto quer dizer, não de analista que busca uma verdade, mas de alguém que está em relação com o campo, de forma horizontalizada, construindo possibilidades e articulando os enunciados científicos e políticos para que outras redes de significação sejam tecidas (Gomes, 2016).

Nesse sentido, para a análise das informações produzidas trabalhei a partir do princípio igualitário, construindo formas de evidenciar os discursos dos participantes da pesquisa, e articulá-los de maneira horizontalizada com as outras fontes de informação, como os

documentos, a literatura acadêmico-científica e as minhas observações. Durante a escrita da dissertação, busquei me distanciar das formas representativas e explicativas de trabalho, valorizando a descrição das experiências relacionadas ao campo-tema da pesquisa, sem a pretensão de interpretar as experiências com o discurso acadêmico/científico, mas criando conexões, agenciando os enunciados que foram concebidos com peso equivalente.

Encontramos nos estudos de Rancière (1988, 2015) outro indicativo de como tomar a igualdade como proposta metodológica: evidenciar experiências de verificação da igualdade. Em sua tese, *A noite dos proletários: memórias do sonho operário*, Jacques Rancière (1988), analisou as cartas de alguns trabalhadores franceses e investigou a recusa desses trabalhadores à identificação apenas com o trabalho manual. Encontrou registros das atividades que eles realizaram durante a noite, e que, consensualmente, não deveriam fazer, pois não estavam entre o escopo de práticas de um operário. Eles eram trabalhadores, mas também eram poetas.

Na obra *O Mestre Ignorante*, Rancière (2015) despendeu-se sobre a história de um professor e suas descobertas ensinando o que ignorava. As contribuições de Rancière nessas obras não estão ligadas somente a dimensão histórica, mas ao que pode estar nas entrelinhas, o que ainda não foi visto na história, especialmente pela característica do sensível de ditar o que é visto e/ou ouvido. Ler e se apropriar das informações produzidas na pesquisa buscando explorar suas possibilidades de compreensão colabora para que outros sentidos acerca do contexto estudado possam emergir.

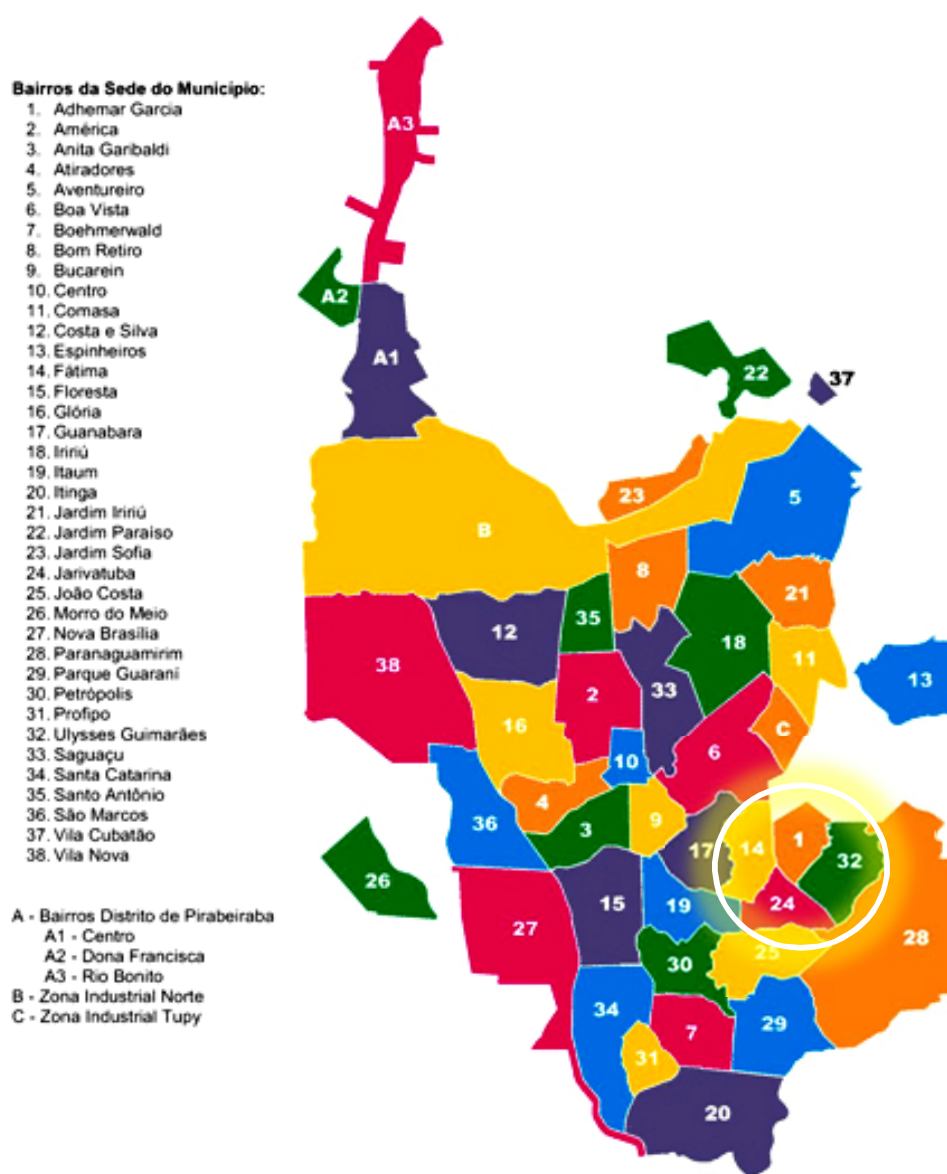
Desta forma, “o método da igualdade pode detectar e destacar as operações de igualdade que podem ocorrer em todo lugar, em qualquer momento” (Marques & Prado, 2018, p. 52). Inspirada nesse método procurei, durante a análise das informações e escrita da dissertação, dar visibilidade para as diferentes experiências de verificação da igualdade que fui encontrando no campo da pesquisa, no contato com as histórias do grupo e dos sujeitos que faziam parte, na inserção no território, suas temáticas e desdobramentos.

Nesta perspectiva, o/a pesquisador/a pode ler “os enunciados em busca do mecanismo que faz com que eles possam transformar a realidade, transformar o modo como apreendemos e sentimos o mundo, tal como a operação feita pela ficção” (Marques & Prado, 2018, p. 45). Desta forma, a pesquisa pode contribuir para operação de reenquadramentos, rompendo com as lógicas dominantes que buscam estabelecer *a priori* o que deve ser visto, analisado e visibilizado. Arquitetar a dissertação pautada na possibilidade de problematizar modos de construção do conhecimento, tensionando formas de olhar para um determinado contexto é consonante com o ensejo de enfrentar a desigualdade e resistir as diversas formas de poder.

RESULTADOS PRELIMINARES: MAPEANDO O TERRITÓRIO

O CRAS Adhemar Garcia foi implantado em 2010, localizado na zona sul (figura 1) de Joinville, e atendia os bairros Adhemar Garcia e Ulysses Guimarães. Com o reordenamento da Proteção Social Básica em Joinville em 2018 passou a contemplar também os outros dois bairros: Jarivatura e Fátima. É o CRAS que mais realizou atendimentos no ano de 2018, totalizando 14.859.

Figura 1 - Mapa de Joinville



Fonte: (Coelho & Sossai, 2014)

Os quatro bairros de abrangência têm característica domiciliar e renda mensal média de 1 a 3 salários mínimos. Existe também uma grande parcela da população desses bairros que vive com no máximo um salário mínimo mensal.

De acordo com Brasil (2009) o território não significa somente a delimitação de um espaço ou uma porção específica de terra. Mas é uma localidade habitada, constituída pelas relações das pessoas que vivem ali. É um espaço marcado pela coletividade, compartilhamento dos modos de vida, engendrado pelo sentimento de pertença e identidade.

Para esse estudo utilizamos o conceito de território usado, em consonância com Milton Santos *et al.* (1998), pois o interesse é na dinâmica territorial, nos habitantes e formas de habitar e não na demarcação de um espaço. O território usado é composto pelas pessoas que vivem, pelos usos e apropriações que são feitos, e também pelas organizações que estão presentes, sejam elas empresas, instituições governamentais e não governamentais, e as pessoas. Nas palavras desse autor, “território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos *et al.*, 1998, p. 16).

O território é constituído a partir de elementos históricos, “processo e produto de relações sociais [...] e nele há um acúmulo de interesses divergentes imbricados em cada parte que o compõem” (Nascimento e Melazzo, 2013, p. 80). Portanto, não é possível compreender o território de forma neutra ou despolitizada, tampouco de maneira estática e determinada. Está sempre em fluxo e para compreendê-lo faz-se necessário levar em consideração relações históricas, políticas, econômicas, culturais, sociais. Isto quer dizer, é múltiplo, inacabado, polissêmico.

O recorte territorial estudado tem indícios de que sua ocupação iniciou há mais de cinco mil anos, pois no bairro Adhemar Garcia encontra-se um sítio arqueológico, denominado Sambaqui. Os Sambaquis são vestígios da ocupação pré-colonial, caracterizando-se por uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios de alimentação de grupos humanos. O referido sítio arqueológico localiza-se dentro de uma Unidade de Conservação e Proteção Integral, denominada de Parque Natural Municipal Caieira, que além do patrimônio arqueológico tem os ecossistemas manguezal e restinga protegidos (Souza, 2007)¹.

Com a industrialização no país, o acúmulo de conchas chamou as indústrias de cal para a região. A localidade onde hoje é o bairro Adhemar Garcia era conhecida como Caieira,

¹ Aprofundi-me nas discussões acerca desse assunto, escrevendo um ensaio teórico em uma das disciplinas cursadas durante o mestrado.

em decorrência da produção de cal a partir dos cascalhos dos sambaquis. Em meados de 1940 a produção de cal cessou, e a localidade foi vendida para uma indústria de fio joinvilense. Nessa época o município passou por fortes movimentos migratórios, ocupação de diversas áreas e estabelecimento de grandes indústrias (Joinville, 2017).

Em 1977 a prefeitura de Joinville delimitou e denominou os bairros, criando o Fátima e o Jarivatuba. Os bairros Adhemar Garcia e Ulysses Guimarães pertenciam a esses dois bairros e foram desmembrados com o passar dos anos, em 1993 e 2004 respectivamente. Com a imigração aumentava a demanda de moradia em Joinville, no tempo em que o Banco Nacional de Habitação, política governamental de incentivo à construção de moradias populares, operacionalizada pela criação das Companhias de Habitação (COHAB), criava Conjuntos Habitacionais, com financiamento acessível à classe trabalhadora (Azevedo, 1988).

O Conjunto Habitacional Adhemar Garcia foi fundado em 1980, com 1300 casas prometidas com infraestrutura adequada (saneamento básico, água, esgoto, pavimentação nas ruas, escola, área de lazer e afins). Porém, a realidade era de falta de recursos (figura 2), casas que não foram acabadas, transbordamento do esgoto (A notícia, 1987). Para requerer os direitos e lutar por melhorias alguns moradores iniciaram a discussão e fundação da Associação de Moradores. Utilizaram o espaço da igreja local e do centro comunitário do próprio conjunto para se articular. Em 1993 a localidade foi transformada em bairro, com o mesmo nome do Conjunto Habitacional, as demandas por infraestrutura continuaram existindo e a população continuou se articulando.

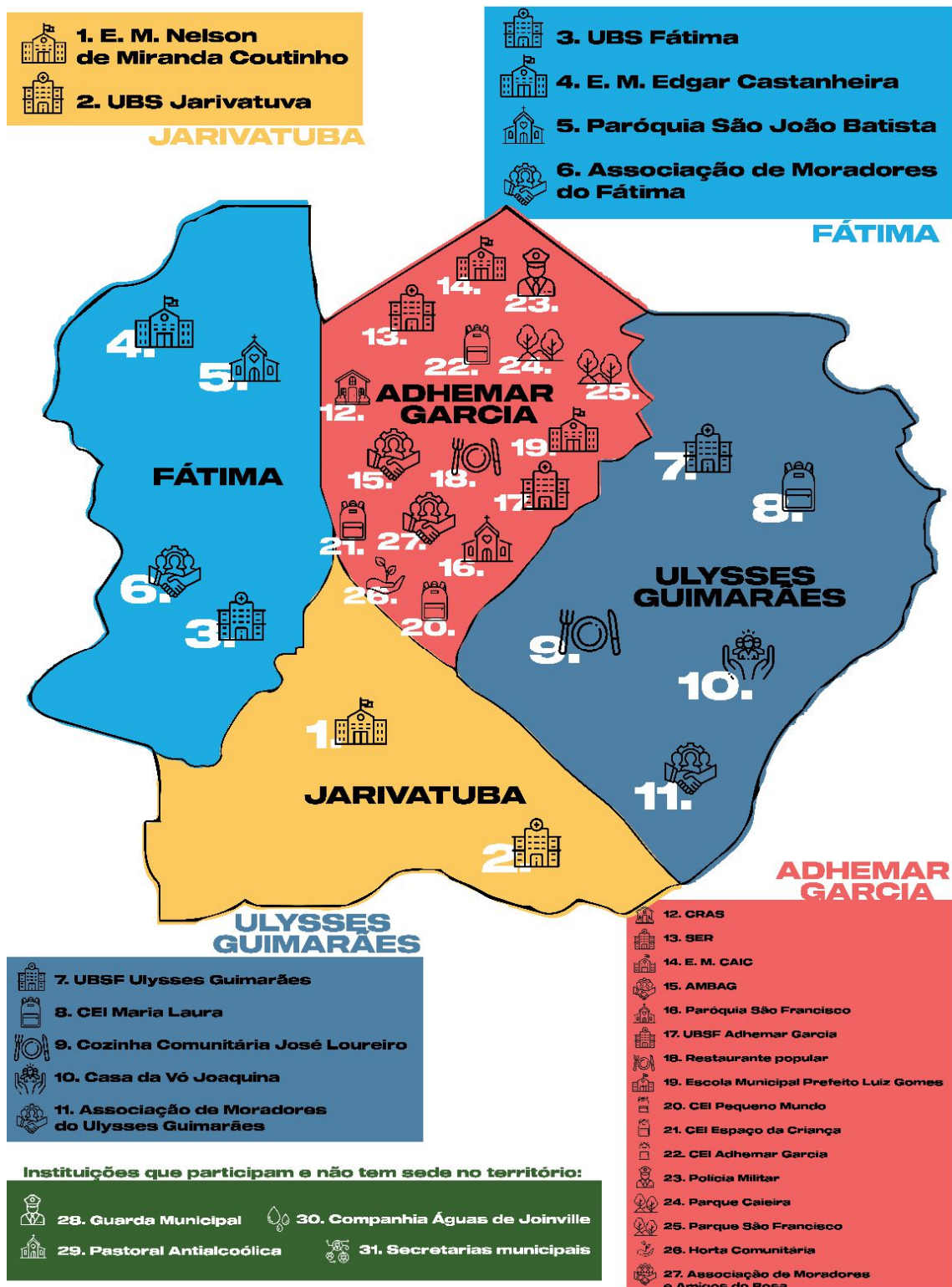
Figura 2 - Conjunto Habitacional Adhemar Garcia

Fonte: arquivo histórico de Joinville

História parecida aconteceu com o Conjunto Habitacional Ulysses Guimarães que ganhou *status* de bairro recentemente, em 2004. Este bairro é o que apresenta a menor renda per capita do território de abrangência do CRAS estudado, e tem problemáticas relacionadas a aterro e ocupação irregular, especialmente em áreas de manguezal. A zona sul de Joinville, região onde se localiza o território estudado, já foi líder em número de mortes violentas, em 2017 os bairros Jarivatuba e Fátima estavam entre os 10 bairros joinvilenses com maior índice de homicídios, grande parte relacionados ao trágico de drogas e ao crime organizado (A notícia, 2017).

Em contrapartida às demandas e vulnerabilidades, cada bairro possui serviços, entidades e instituições que promovem proteção social. Algumas dessas compõem o grupo de articulação estudado, de acordo com a figura 3:

Figura 3 - Mapa do território



Fonte: elaboração própria

ARTIGO 1: ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERSETORIALIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar a revisão de literatura na base de dados Scielo, Scopus, Web of Science e BVS acerca da articulação entre Assistência Social e Intersetorialidade. Na seleção dos materiais foram utilizados descritores (DECs) e termos livres (TL), sendo a pesquisa realizada nos campos: títulos, palavras e resumo. Os descritores e termos livres foram: Intersetorialidade ou rede e Assistência Social. A amostra final da análise considerou 24 publicações entre 2002 e 2018. Através dos resultados, organizados por data de publicação, área e conceito de intersectorialidade, constatou-se que as diretrizes das políticas públicas, sobretudo da Assistência Social articulada ao trabalho intersectorial, não aparecem com expressão nos trabalhos analisados. Os resultados apontam, também, a falta de estudos sobre a temática da intersectorialidade na área específica da psicologia.

Palavras-chave: Intersetorialidade. Assistência Social. Revisão de literatura.

Abstract: The article aims to present the literature review on the Scielo, Scopus, Web of Science and VHL database about the articulation between Social Assistance and Intersectoriality. In the selection of materials, descriptors (DECs) and free terms (TL) were used, and the research was carried out in the fields: titles, words and summary. The descriptors and free terms were: Intersectoriality or network and Social Assistance. The final sample of the analysis considered 24 publications between 2002 and 2018. Through the results, organized by date of publication, area and concept of intersectoriality, it was found that public policy guidelines, especially for Social Assistance articulated to intersectoral work, do not appear with expression in the analyzed works. The results also point out the lack of studies on the theme of intersectoriality in the specific area of psychology.

Keywords: Intersectoriality. Social assistance. Literature review.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar a revisão de literatura acerca da articulação entre Assistência Social e Intersetorialidade. Para isso, foram levantadas as publicações, utilizando os descritores Assistência Social e Intersetorialidade ou redes. Compreende-se que, no campo temático da pesquisa, faz-se necessário conhecer o que já foi produzido no Brasil acerca da temática intersectorialidade e assistência social visando avançar nas análises que já foram produzidas na área, que tem como objetivo investigar o trabalho intersectorial que é desenvolvido em um Centro de Referência em Assistência Social do sul do país.

Em 2004, com a promulgação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, em 2005, da Norma Operacional Básica (NOB), o Sistema Único de Assistência Social

(SUAS) foi criado, operacionalizando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa lei regulariza e organiza as ações socioassistenciais em todo o Brasil, dividindo a proteção social em dois níveis de complexidade: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) (Oliveira, Solon, Amorim & Dantas, 2011).

Dentre as políticas de proteção social, o CRAS é considerado o principal equipamento da PSB, caracterizando-se como porta de entrada da Assistência Social, destinado a pessoas e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, tendo como proposta de intervenção central o fortalecimento dos vínculos familiares e o trabalho com a convivência comunitária. Nas orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sugere-se que o CRAS opere com trabalhos em grupos, fomentando a criação e manutenção de vínculos familiares, sociais e comunitários. Além disto, é uma política que realiza a atenção à população de forma territorializada, demandando dos profissionais uma atuação intersetorial, abrangendo não só outras políticas públicas, mas instituições não governamentais, iniciativas comunitárias, de coletivos, de movimentos sociais e outras tecnologias sociais que envolvam um recorte territorial específico (Brasil, 2012).

Assim, a intersetorialidade é um princípio organizativo do SUAS. De acordo com Brasil (2012), trata-se de uma forma de trabalho que integra e articula a rede socioassistencial com outros órgãos setoriais e políticas públicas. Além disso, afirma que a intersetorialidade é importante para a efetivação da proteção social e que é responsabilidade da união, estados, distrito federal e municípios. Neste sentido, compreende-se que a articulação intersetorial contribui para a ampliação dos conhecimentos acerca dos riscos e vulnerabilidade sociais, qualificando as intervenções nestes contextos.

Contudo, apesar de ser apresentada nas políticas de assistência como se houvesse uma única interpretação, a concepção de intersetorialidade varia de acordo com o campo disciplinar e, por isso, pode ser compreendida através de diferentes perspectivas. Dentre elas, poder-se-ia definir como uma estratégia, um processo, uma abordagem ou paradigma (Carmo & Guizardi, 2017). Assim, neste artigo, optou-se por sustentar a concepção que afirma a intersetorialidade como resultado da articulação de saberes e experiências que objetivam construir efeitos coletivos e simultâneos em resposta às situações complexas, e territoriais, que demandam intervenção. Essa perspectiva de intersetorialidade interventiva visa também contribuir para o desenvolvimento social do território em questão, colaborando para estratégias de superação das desigualdades sociais (Junqueira, Inojosa & Komatsu, 1997).

Cabe destacar que a intersetorialidade permite o estabelecimento de redes, isto quer dizer, a integração de diversos equipamentos públicos e parceiros autônomos da sociedade civil, organizações não governamentais, conselhos e demais agentes presentes em um território. A partir disto, torna possível alterar a lógica de oferta dos serviços, pois as ações são definidas e integradas, entre os diversos setores, a partir das demandas da população do referido território (Junqueira, Inojosa & Komatsu, 1997). Para Bernardi et al. (2010), a intersetorialidade objetiva não só a junção de setores, mas, também, a criação de uma “dinâmica para o aparato governamental, com base territorial e populacional” (p. 138). Portanto, na compreensão aqui proposta, intersetorialidade e território seriam conceitos que se enlaçam quando o intuito é pensar a proteção social.

No campo da proteção social, compreende-se que as consequências da questão social se tornam objeto de intervenção por um interesse que não é, apenas, do enfrentamento das problemáticas sociais por parte do Estado. Como apontam estudos na área, a questão social e suas expressões são fragmentadas e tratadas de forma parcializada, na forma de políticas setorializadas (Yamamoto, 2007). A lógica da setorialização rege as políticas sociais, recortando o social em partes (Yazbek et al., 2011). A partir desse recorte fragmentado, as políticas públicas brasileiras demandariam um processo de articulação quase artificial e inoperante, que objetiva superar as formas de trabalho focadas em problemas pontuais, sem intervir nas causas estruturais que os originam.

Nesse contexto problemático, previamente apresentado, torna-se relevante produzir estudos que coloquem em análise as diferentes formas de se compreender a articulação entre intersetorialidade e assistência social. Situar o trabalho intersetorial, em meio a Política Nacional de Assistência Social, como campo de análise é necessário, já que a fragmentação que constituiu as políticas públicas no Brasil tem sido evidenciada na literatura como parcialmente operantes no enfrentamento da questão social brasileira. Assim, torna-se possível fazer a seguinte questão de análise: como a relação entre assistência social e intersetorialidade tem sido apresentada nas publicações acadêmicas nos últimos anos?

Procedimentos

Este artigo apresenta uma revisão de literatura, com buscas realizadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no portal da biblioteca eletrônica de periódicos científicos

brasileiros (Scielo), e nas bases de dados Web of Science e Scopus, no mês de setembro de 2018. Na seleção dos materiais foram utilizados descritores (DECs) e termos livres (TL), isto quer dizer, termos não encontrados no DECs, mas de relevância para a pesquisa. A pesquisa foi realizada nos campos: títulos, palavras e resumo. A estratégia de busca construída foi: (Redes (TL) OR Intersetorialidade (DECs)) AND “assistência social” (DECs). O termo redes é utilizado no contexto desta pesquisa como palavra substitutiva a intersectorialidade, portanto o operador booleano OR contribui no rastreamento dos estudos. Além disso, é de interesse desta pesquisa discutir questões acerca da intersectorialidade e a política de assistência social. Isto justifica a construção da estratégia de busca com o cruzamento dos termos (operador booleano AND).

Para não haver o risco de excluir estudos importantes em virtude apenas da data de sua publicação, foram incluídos todos os trabalhos publicados até dezembro de 2018, sem a fixação de um período específico, quando a busca foi realizada. Como o interesse da pesquisa está pautado na política de assistência social brasileira foram buscados artigos brasileiros. O artigo mais antigo encontrado foi publicado no ano de 2002.

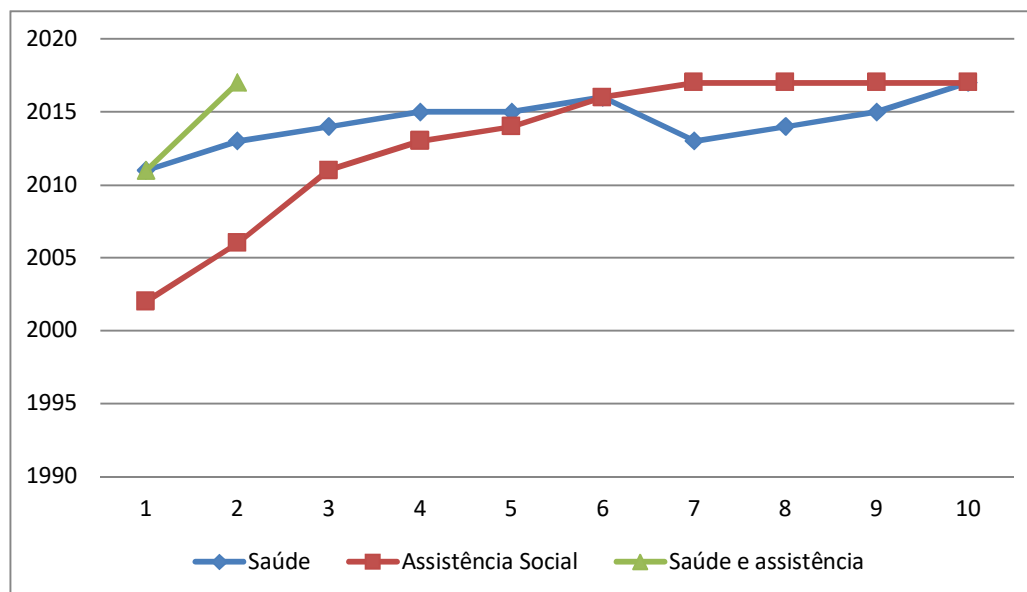
A análise das publicações contou com três etapas: na primeira etapa 46 artigos foram encontrados, na BVS 37, no Scielo 5, na Web of Science 3 e na Scopus 1. Na segunda etapa foram removidos 11 artigos por se tratarem de duplicatas. Na terceira etapa foi realizada a leitura dos resumos dos estudos encontrados com o objetivo de verificar o enquadramento com o tema deste estudo e com o critério de inclusão que enfatizava a análise de trabalhos no formato de artigo científico. Nesta última etapa foram excluídos 11 artigos. O número final, depois de considerados os critérios descritos, ficou estabelecido em 24 publicações.

Acerca da organização dos resultados, inicialmente apresentamos os anos de publicação por temática (saúde, assistência social, saúde e assistência). Os dois primeiros artigos que serão apresentados relacionam e discutem as políticas de saúde e assistência (Carmo & Guizardi, 2017 e Monnerat & Souza, 2011). Os demais foram agrupados em duas categorias (1) Interfaces com a saúde; (2) Pluralidades da política de assistência social. Essa categorização foi realizada a partir da identificação da temática principal do artigo analisado, isto quer dizer, a partir de qual política pública os autores realizaram as pesquisas.

Resultados

Os artigos analisados possuem data de publicação de 2002 a 2017, de acordo com o gráfico, por eixo temático:

Quadro 2 – Ano de publicação por eixo



Fonte: elaboração própria

Observa-se um crescimento do número de artigos a partir de 2006. Vale lembrar que em 2005 o Sistema Único de Assistência Social foi criado, concebendo a intersetorialidade como um dos eixos estruturantes (Brasil, 2012). Já em 2006 foi lançada a Política Nacional de Promoção da Saúde (Brasil, 2006), onde a discussão acerca da intersetorialidade ganhou amplitude. Os artigos encontrados colaboram para a compreensão de como as políticas de saúde e assistência convocam a discussão da intersetorialidade na medida em que se deparam com problemáticas sociais complexas.

Carmo e Guizardi (2017) discutem os desafios da intersetorialidade nas políticas de saúde e assistência social. Por meio de uma revisão do estado da arte elencaram categorias que abarcam as dificuldades encontradas nos estudos, entre elas: imprecisão teórica acerca do termo intersetorialidade, burocracia estatal, ciclo de políticas públicas e participação social.

Monnerat e Souza (2011), em um ensaio teórico, discutem a integração das políticas sociais no Brasil. Refletem sobre os dilemas, desde “a inscrição da Seguridade Social na Carta Constitucional de 1988 até a tematização mais recente acerca da intersetorialidade” (p. 41).

Com respeito à política de saúde, apresenta a inclusão da intersetorialidade nos princípios e programas, especialmente da atenção básica a saúde. Sobre a política de assistência social, apontam as dificuldades de implementar ações intersetoriais no campo socioassistencial em decorrência da falta de profissionalização na área e da herança filantrópica.

Interfaces com a saúde

Dentre o conjunto de artigos selecionados, cinco versaram sobre a promoção da saúde. Dois artigos desta temática consistem em ensaios teóricos: o primeiro reflete acerca da operacionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde para pessoas com deficiência. A intersetorialidade aparece como um princípio que caracteriza as ações definidas pela Organização Mundial da Saúde – OMS (Munguba, Vieira & Porto, 2015). E o segundo refere-se à atenção básica em saúde, sobretudo às ações de alimentação e nutrição desenvolvidas pelo governo brasileiro. Neste trabalho, discute-se a intersetorialidade como “uma das vertentes das ações de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica, tanto com atendimento as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família como com a integração das ações dos diferentes setores (Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho) no território” (Jaime et al., 2011, p. 809).

Dos dois artigos que se pautaram em pesquisas de campo, os recursos metodológicos utilizados foram: entrevistas, mapeamento e observação de práticas exitosas. Silva et al. (2013) analisam as concepções de promoção da saúde nos discursos de gestores do âmbito da assistência social, cultura, educação, esporte e lazer e saúde, e pediram a indicação de uma prática exitosa realizada durante a gestão da referida área. Com respeito à intersetorialidade, o artigo debruça-se sobre o desafio de implantar práticas de promoção a saúde, ou seja, de articular os diversos setores com o objetivo de pensar e atuar sobre a saúde. Silva et al. (2014) realizaram um mapeamento das experiências de promoção da saúde consideradas exitosas pelos gestores das áreas de saúde, educação, cultura, assistência social e esporte-lazer de seis municípios do estado de Minas Gerais. Os autores compreendem a potência da intersetorialidade na resolução de problemas complexos, e pontuam que o trabalho próximo de vários setores isolados não pode ser caracterizado como intersetorialidade. Para tanto, faz-se necessária a produção de novas articulações.

Ainda na temática promoção da saúde, um artigo selecionado trata-se de uma revisão de literatura sobre a atenção à saúde bucal do idoso. Foram pesquisados artigos científicos e documentos oficiais relacionados a políticas de saúde do idoso. A intersetorialidade é concebida como uma forma de contribuir para a promoção da saúde, além de colaborar no conhecimento e compreensão da realidade dos idosos, para que as estratégias de atenção à saúde bucal do idoso sejam repensadas (Dutra & Sanchez, 2015).

Foram selecionados outros quatro artigos que versam sobre a temática saúde mental. O primeiro é uma revisão narrativa sobre o acesso de pessoas em situação de rua com transtornos mentais graves aos serviços públicos de saúde mental (Borysow & Furtado, 2013). Sobre intersetorialidade, os autores apontam que as políticas de saúde, assistência e previdência social pertencem à seguridade social, mas isso não é o suficiente para que se articulem. Encontram dificuldades na implementação da intersetorialidade pela resistência dos gestores em negociar, bem como pelo desenvolvimento isolado de cada setor.

O segundo estudo trata-se de uma pesquisa documental, cujas fontes são normativas publicadas entre 2000-2016, sobre as Políticas Públicas sobre Drogas no Executivo Federal brasileiro. Investigam os campos da justiça, segurança pública, saúde e assistência social, além de analisarem como a intersetorialidade aparece nos documentos analisados. Alguns não abordam, outros apresentam uma articulação pouco integrada e outros apontam a intersetorialidade como elemento norteador da política (Teixeira et al., 2017).

O terceiro debruçou-se sobre a construção de redes de cuidado de saúde mental para crianças e adolescentes, salientando o caráter ampliado e intersetorial destas redes, de “base comunitária, com ênfase na articulação entre serviços de diferentes níveis de complexidades” (Couto & Delgado, 2015, p. 19). Assim como Couto & Delgado (2015) estudaram a atenção à saúde mental de crianças e adolescentes, Kantorsli et al. (2014) utilizaram um questionário estruturados com coordenadores de políticas públicas, objetivando descrever a capacidade de articulação dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil com os setores da Rede Básica de Saúde, Escola, Secretaria de Educação, EJA, Conselho Tutelar, Assistência Social (CRAS/CREAS) e Justiça. Este estudo revela que algumas ações conjuntas entre os setores já estão sendo realizadas, mas que fica sobre responsabilidade de cada setor participar ativamente nesse processo que está ainda começando.

Pinto e Rocha (2016) debruçaram-se sobre o Programa Saúde na Escola, exemplo de ação que fomentou a articulação intersetorial entre os Ministérios da Educação e da Saúde. A

partir dos grupos focais com cinco trabalhadores, consideram que os profissionais precisam se aproximar teoricamente para conseguir atuar conjuntamente.

O artigo com reflexões teóricas de Cavalcanti et al. (2013) discorre sobre a atuação do profissional assistente social no campo da saúde pública, especialmente na atenção básica e estratégia de saúde da família. Os autores compreendem que diante da estratégia da saúde pública que contempla o território e os domicílios, diversos espaços entram em cena, tais como “clubes, escolas, igrejas, compondo o tecido de sociabilidade que repercute na vida das pessoas como comportamentos de tensão, felicidade, expectativa, etc.” (Cavalcanti et al., 2013, p. 205).

Apesar da pesquisa estar ancorada na política de assistência social, metade dos artigos encontrados discutem a intersetorialidade a partir da política de saúde, citando a assistência social como um dos setores indispensáveis para que a intersetorialidade se efetive. Na medida em que os marcos legais do SUS citam a intersetorialidade, e que as complexidades consequentes da desigualdade social aparecem como indagações no cotidiano dos serviços de saúde a discussão acerca da atuação integrada entre saúde, assistência e outros setores vai se ampliando, de forma que não é possível discutir a intersetorialidade no SUAS sem fazer ver como esse princípio tem sido discutido e operacionalizado no SUS.

Pluralidades da política de assistência social

Dos artigos analisados, 11 tratam de temáticas relacionadas à assistência social. Dois especificamente sobre a infância e adolescência. O primeiro analisou a estruturação da política de proteção social à infância e adolescência no Brasil e encontrou programas que incentivavam a integração institucional e a intersetorialidade, questões que eram formalmente denominadas de “parcerias” (Mendonça, 2002).

O segundo artigo trata-se de um relato de experiência acerca de um projeto de extensão que tinha como temática o enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes. Lopes e Malfitano (2006) acreditam que esta problemática é perpassada por multicausalidades, demandando a implantação de programas intersetoriais e a construção de redes de serviço. Entretanto, relatam que encontraram dificuldades na implantação de ações intersetoriais, e que concebem as intervenções no território como recursos potentes, porém encontram pouca formação de recursos humanos voltada para esta possibilidade.

Góis (2013), com o estudo de fontes impressas (relatórios técnicos, diplomas legais, documentos pedagógicos e material instrucional) e 12 entrevistas com gestores estaduais e municipais, aponta diversas tentativas de articulação intersetorial entre a Coordenação da Juventude em Niterói e secretarias municipais, tais como: promoção social, educação, saúde e esportes. Neste estudo, o autor apresenta as principais dificuldades na articulação, entre elas estão: a dependência de relações pessoais, divergências na administração municipal, disputas por poder, falta de treinamento dos profissionais para o trabalho intersetorial e a burocracia.

Foram selecionados quatro artigos que versam sobre a Proteção Social Básica. Os dois primeiros tratam do cotidiano de trabalho nos CRAS e os outros dois se debruçam sobre os benefícios socioassistenciais concedidos pelos CRAS. A pesquisa de Romagnoli (2016) trata-se de uma pesquisa-intervenção com uma equipe de trabalhadores/as de um CRAS. A autora afirma que para a efetivação da intersetorialidade faz-se necessária a ação conjunta entre os serviços, mantidas por objetivos comuns. Destaca que encontra diversos desafios, pois é uma tarefa árdua conseguir unir diferentes categorias profissionais de organizações distintas, além dos desencontros relacionados ao não conhecimento dos serviços prestados pelas instituições e falta de conhecimento acerca do território.

No segundo estudo, as autoras Borba et al. (2017) apresentam um relato das experiências de estágio profissionalizante em Terapia Ocupacional no campo social. No decorrer do artigo descrevem e refletem acerca de cinco experiências: “o apoio às reuniões de território a partir de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a composição de trabalho de um CRAS com um Serviço de Convivência para Jovens e três acompanhamentos singulares e territoriais” (Borba et al., 2017, p. 203). Este estudo aponta para a função do CRAS de articular a “rede de serviços de proteção básica local, devendo organizar reuniões periódicas com as instituições que compõem a rede” (Borba et al., 2017, p. 207).

Vaitsman e Lobato (2017) realizaram entrevistas semiestruturadas com gestores nacionais do INSS e MDS, os profissionais do INSS, assistentes sociais dos CRAS, e requerentes ao BPC. A partir disso, estudam o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por pessoa com deficiência. Consideram que se faz necessário o estabelecimento “de mecanismos institucionalizados de coordenação e cooperação entre os setores da assistência social, saúde e previdência para melhorar a implementação e diminuir as barreiras de acesso ao BPC” (Vaitsman & Lobato, 2017, p. 3527).

No quarto artigo desta temática, Magalhães et al. (2011) discutem os resultados de uma “pesquisa avaliativa sobre a implementação do programa de transferência condicionada

de renda Bolsa Família” (p. 4443). Os autores apontaram para a necessidade de articulação intersetorial, visto que o Programa Bolsa Família é concedido pelo CRAS, e possui condicionalidades na saúde e educação. Encontraram dificuldades na articulação intersetorial, no controle das condicionalidades e no acompanhamento das famílias beneficiárias.

Outros três artigos que foram selecionados abordam os temas: pessoas com deficiência, atendimento a mulheres em situação de violência e pessoas em situação de rua. Dois são estudos empíricos que adotaram como recursos metodológicos entrevistas, grupos focais e desenhos. Um artigo faz um relato de experiência de um encontro de Saúde Ocupação e Contextos Psicossociais. Neste trabalho, Fiorati et al. (2014) discutem acerca das pessoas em situação de rua e a intersetorialidade como estratégia que potencializa as intervenções diante de problemáticas complexas, como: pobreza, desigualdade social, programas de transferência condicionada de renda e afins.

Vieira e Hasse (2017) realizaram um estudo com o objetivo de “conhecer como profissionais envolvidos com atenção às mulheres em situação de violência em uma rede intersetorial percebem os atendimentos que fazem” (p. 51). Para tanto, foram entrevistados profissionais da saúde, assistência social, judiciário e segurança pública. As autoras apontam a importância do trabalho intersetorial na atenção a mulheres em situação de violência, porém consideram que os profissionais conhecem parcialmente os outros serviços, e que não há trabalho coordenado em rede.

No artigo de Santana e Araújo (2017) as configurações das redes do SUAS para proteção social de pessoas com deficiência e suas famílias, atendidas em um Centro-Dia, foram analisadas a partir da aplicação de um instrumento “que previa desenhos das representações das percepções dos técnicos e gestores dos serviços sobre as configurações da rede em torno do Centro-Dia, identificando os fluxos de oferta e demanda de atendimentos e acompanhamentos” (p. 73), de entrevistas e grupos focais com os gestores de Centros-Dia e de CREAS e grupos focais com equipes técnicas. Relatam que existem múltiplos desenhos para a rede em torno do Centro-Dia, entretanto, a articulação intersetorial, principalmente com as políticas de saúde e educação, ainda é frágil.

As autoras Pereira e Teixeira (2013), em um ensaio, discutem a intersetorialidade como eixo estruturante da Política de Assistência Social. Neste sentido, apresentam o contexto e histórico do surgimento da gestão em redes, bem como conceitos e tipologias. Apontam que o SUAS enfrenta diversas barreiras para a consolidação do trabalho em rede e intersetorial, entre elas o fato de que historicamente as políticas públicas foram construídas

setorialmente, influenciadas pelo modelo cartesiano. Este fato foi agravado pela característica da política nacional, marcada por ações clientelistas e assistencialistas.

Discussões

O conceito de intersetorialidade

Foi possível perceber, durante a análise dos artigos que compõem esta revisão, os diferentes conceitos de intersetorialidade. Dos 24 artigos analisados, 4 não apresentam uma definição de intersetorialidade, mas a relacionam como uma ação que pode contribuir com a promoção da saúde, sobretudo por estar entre os princípios citados pela Organização Mundial da Saúde para esta finalidade (Mungunba, Vieira & Porto, 2015; Dutra & Sanchez, 2015; Silva et al., 2013; Jaime et al. 2011).

Apesar das diversas formas de conceituar a intersetorialidade, 16 dos 24 artigos analisados trouxeram em suas definições o trabalho integrado entre diferentes serviços e setores. Dentre eles, Fiorati et al. (2014) citam que a prática intersetorial “baseia-se na interação entre os diferentes segmentos e setores administrativos e da sociedade civil” (p. 1464). Monnerat e Souza (2011) afirmam que “o conceito de intersetorialidade se volta para a construção de interfaces entre setores e instituições governamentais (e não governamentais) (p. 42)”.

Além disso, 12 dos 24 artigos apontam uma expectativa, um objetivo de justificar a necessidade da intersetorialidade. A partir das questões socioculturais de grande complexidade, a intersetorialidade por ser entendida como uma prática de resolutividade, uma possibilidade enfrentamento à desigualdade, às concepções fragmentadas e fragilizadas que se fizeram presentes na construção das políticas sociais no Brasil, colaborando para a visão e atenção integral ao homem (Carmo & Guizardi, 2017; Fiorati et al., 2014; Pereira & Teixeira, 2013; Borba et al., 2017).

Vale ressaltar que 6 artigos analisados trouxeram como característica do trabalho intersetorial o compartilhamento de conhecimentos, a articulação entre diferentes saberes e experiências, e a construção e troca de saberes coletivos (Carmo & Guizardi, 2017; Góis, 2013; Kantorski, 2014). A partir disto, compreende-se que a intersetorialidade é construída pelos diferentes atores, trabalhadores de diversas categorias profissionais, setores e serviços,

que tem como objetivo a superação de práticas segmentadas, para que a atenção seja feita de forma integrada, levando em conta as diversas demandas.

Outro resultado encontrado foram as definições relacionadas ao campo da saúde, questão já discutida, sobretudo pela quantidade de trabalhos produzidos por autores desta área. Vale a pena citar algumas outras particularidades abordadas pelos autores nos artigos analisados. Couto e Delgado (2015), Borda et al. (2017) discutem questões sobre a base comunitária da intersectorialidade, isto quer dizer, a perspectiva territorial ser fundamento do trabalho em redes.

Teixeira et al. (2017), Lopes e Malfitano (2006) apontam para a conexão entre intersectorialidade e interdisciplinaridade. Teixeira et al. (2017) compreendem as duas práticas como componentes da clínica ampliada. Lopes e Malfitano (2006) apontam a intersectorialidade e a interdisciplinaridade como premissas para a formação de profissionais que valorizem e estabeleçam conexões entre diversos setores, com a finalidade de enfrentar situações de vulnerabilidade.

Fiorati et al. (2014), Pereira e Teixeira (2013) e Borysow e Furtado (2013) definem a intersectorialidade como uma forma de gestão, ou seja, um modo de organizar os serviços e setores que atendem a população. Esta forma de gestão apresenta-se, de acordo com Pereira e Teixeira (2013), “contrária à setorização” (p. 121), com pressupostos de “respeito à diversidade e às particularidades dos atores envolvidos” (Fiorati et al., 2014, p. 1464).

A partir desses estudos, é possível afirmar que o conceito de intersectorialidade está relacionado ao trabalho integrado entre os diferentes setores, como a própria palavra sugere “entre-setores”. Mas, no contexto específico de políticas públicas em um país marcado pela desigualdade social, o conceito também se relaciona com a possibilidade de enfrentamento a questões complexas, pertinentes às problemáticas sociais. Nesse sentido, a intersectorialidade pode ser pensada e implantada como uma estratégia de gestão ou como uma prática dos serviços.

A trajetória da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência

Apesar do Sistema Único de Saúde ter sido implementado em 1990, anos antes do Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2012), a preocupação do Estado brasileiro com o direito de acesso aos serviços assistenciais pela população em situação de vulnerabilidade

estava em ascensão desde a Constituição Federal em 1988. É possível perceber a partir das legislações que foram elaboradas neste período como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), em 1990. Dois artigos que discutem a temática infância e adolescência apontam para a convocação que o ECA faz ao modo de trabalho intersetorial (Mendonça, 2002; Lopes & Malfitano, 2006).

Neste sentido, outros dois artigos publicados em 2011, um a partir da política de saúde (Jaime et al., 2011) e outro a partir da assistência (Magalhães et al., 2011), discutem o Programa Bolsa Família, uma das principais estratégias do governo brasileiro para enfrentar a pobreza e a desnutrição. O Programa Bolsa Família era operacionalizado intersetorialmente, uma vez que o benefício era concedido pelo SUAS, mas a tarefa de acompanhar os beneficiários era uma das vertentes das ações de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica, programa do SUS.

Com a ampliação das ações da Atenção Básica em Saúde e a política nacional de promoção à saúde, a dimensão territorial faz emergir a intersetorialidade como algo que precisa ser desenvolvido para que o trabalho, de fato, aconteça. Silva et al. (2013), Cavalvanti et al. (2013), Silva et al. (2014), Dutra & Sanchez (2015) problematizam a Estratégia Saúde da Família, e os determinantes socioambientais, e apontam os desafios de operacionalizar o princípio da intersetorialidade.

A política nacional de saúde mental estabeleceu um modelo de trabalho com base comunitária e psicossocial. A partir disto, Borysow & Furtado (2013), Kantorski et al. (2014) e Couto & Delgado (2015) apontam como a problemática da saúde mental e suas diretrizes de trabalho só podem ser operacionalizadas se a dimensão intersetorial se fizer presente nas reflexões e ações. Essas questões complexas e que demandam uma visão integral do sujeito marcam o convite que a própria política de saúde fez ao longo dos anos à discussão intersetorial.

Com o advento do SUAS, a criação da proteção social básica e a implantação dos CRAS o trabalho intersetorial na assistência passou a ter um lugar privilegiado, especialmente pela dimensão territorial da política. Acerca do trabalho nos CRAS, Romagnoli (2016) afirma que para a efetivação da intersetorialidade faz-se necessária a ação conjunta entre os serviços, mantidas por objetivos comuns. Borba et al. (2017) apresentam um relato das experiências de estágio profissionalizante em Terapia Ocupacional no campo social. Este estudo é o único desta revisão que aponta para a função do CRAS de articular a rede de serviços, mesmo essa sendo uma das funções do CRAS estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento (Brasil,

2009). Isso pode apontar para a falta de estudos sobre essa função do CRAS, a gestão da proteção social básica no território.

É possível perceber o quanto a intersetorialidade é convocada pelas políticas públicas diante da complexidade das situações enfrentadas. Percebe-se que o sujeito é integral, e não pode ser compreendido de maneira cindida, uma vez que as demandas complexas convocam os diversos setores. Como, por exemplo, na questão da alimentação e nutrição. A política de saúde se volta para esta temática por meio das ações de alimentação e nutrição, a de assistência pela segurança alimentar e programas como o Fome Zero², a educação por meio dos projetos de educação alimentar e nutrição. A mesma demanda precisa ser trabalhada pelos diferentes setores para que de fato a atuação seja eficaz.

Considerações finais

Percebe-se com essa revisão de literatura que a discussão acerca da intersetorialidade e assistência social perpassa outros setores, como a saúde. Grande parte dos artigos analisados discutem a intersetorialidade a partir do SUS, e sobre essa questão, já foram apresentados acima questões que colaboram para a compreensão deste acontecimento, ou seja, a antecedência do SUS quando comparado ao SUAS, e a indicação do trabalho intersetorial presente nas normativas e legislações do SUS. Um aspecto que vale ser ressaltado é que mesmo dentro das publicações da mesma área, os conceitos, definições e aplicabilidades do termo intersetorialidade aparecem de formas diversas.

Vale ressaltar que apenas um estudo foi realizado na área da psicologia. Essa informação colabora para a construção de um questionamento, pois, diante da atuação da psicologia nas políticas públicas, sobretudo na saúde e na assistência social, por que não existem mais estudos dessa área acerca de um tema discutido nessa esfera? A partir do panorama apresentado, compreende-se que faltam estudos sobre a temática intersetorialidade na área da psicologia. Uma vez que a psicologia é uma das profissões previstas nas equipes das políticas públicas, especialmente de saúde e assistência social, setores que tem entre seus princípios e diretrizes o trabalho em rede.

² Programa governamental que inicialmente envia todos os ministérios e, em 2004 passou a integrar as ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Era composto por vários programas que tinham como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros (Yasbek, 2004).

É possível afirmar que o campo socioassistencial demanda estudos, uma vez que o CRAS tem como uma das suas funções a gestão da proteção social básica no território, que abrange a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS, e ainda aparece em poucas publicações. A partir das categorias analisadas é possível compreender que as diretrizes das políticas públicas, sobretudo da assistência social, no que diz respeito ao trabalho em redes não aparecem com expressão nos trabalhos analisados. Como dito anteriormente, o CRAS, serviço responsável pela articulação intersetorial nos territórios é pouco citado, e essa função de gestão intersetorial é lembrada em apenas um dos 24 artigos trabalhados.

Referências

Brasil. (2006). *Política nacional de promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde;

Brasil. (2012). *Norma Operacional Básica do SUAS*. Brasília: MDS.

Borba, P. L. O. et al. (2017). Entre fluxos, pessoas e territórios: delineando a inserção do terapeuta ocupacional no Sistema Único de Assistência Social. *Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar*, 25(1), 203-214.

Borysow, I. C. e Furtado, J. P. (2013). Acesso e intersetorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. *Physis*, 23(1), 33-50.

Carmo, M. E. e Guizardi, F. L. (2017). Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. *Physis*, 27(4), 1265-1286.

Cavalcanti, P. B. et al. (2013). A intersetorialidade enquanto estratégia profissional do serviço social na saúde. *Barbarói*, 39, 192-215.

Couto, M. C. V. e Delgado, P. G. G. (2015). Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. *Psicologia clínica*, 27(1), 17-40.

Dutra, C. E. S. V.; Sanchez, H. F. (2015). Organização da atenção à saúde bucal prestada ao idoso nas equipes de saúde bucal da Estratégia Saúde da Família. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 18(1), p.179-188.

Fiorati, R. C. et al. (2014). População em vulnerabilidade, intersetorialidade e cidadania: articulando saberes e ações. *Saúde soc.* 23(4), 1458-1470.

Góis, J. B. H. (2013). A (difícil) produção da intersetorialidade: comentários a partir de ações públicas para a juventude. *Textos e contextos*, 12(1), 128-141.

Jaime, P. C. et al. (2011). Ações de alimentação e nutrição na atenção básica: a experiência de organização no Governo Brasileiro. *Revista Nutrição*, 24(6), 809-824.

Junqueira, L. A. P.; Inojosa, R. M.; Komatsu, S. (1997). Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. In: *Concurso de ensayos del clad "el transito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones"*, 11., Caracas, 1997. Caracas: UNPAN. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/UNPAN003743.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

Kantorski, L. P. et al. (2014). A intersetorialidade na atenção psicossocial infanto-juvenil. *Revista de pesquisa: cuidado é fundamental*, 6(2), 651-662.

Lopes, R. E. e Malfitano, A. P. S. (2006). Ação social e intersetorialidade: relato de uma experiência na interface entre saúde, educação e cultura. *Interface: comunicação, saúde, educação*, 10(20), 505-515.

Magalhães, R. et al. (2011). Intersetorialidade, Convergência e Sustentabilidade: Desafios do Programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ. *Ciência & saúde coletiva*, 16(11), 4443-4453.

Mendonça, M. H. M. (2002). O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. *Caderno de Saúde Pública*, 18, 113-120.

Monnerat, G. L.; Souza, R. G. (2011). Da seguridade social à intersetorialidade: Reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Revista Katályses*, 14(1), 41-49.

Munguba, M. C.; Vieira, A. C. V. C. e Porto, C. M. V. (2015). Da invisibilidade à participação social: promoção da saúde em pessoas com deficiência. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 28(4), 463-466.

Santana, J. e Araújo, E. (2017). Configurações locais da rede de assistência social do SUAS para a proteção social de pessoas com deficiência e suas famílias: Olhares de centros-dia na região nordeste do Brasil. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(2), 73-91.

Silva, K. L. et al. (2013). Promoção da Saúde e Intersetorialidade em um município da região metropolitana de Belo Horizonte. *Revista de APS*, 16(2), 165-172.

Silva, K. L. et al. (2014). Intersetorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde. *Ciência & saúde coletiva*, 18(11), 4361-4370.

Teixeira, M. B.; Ramoa, M. L.; Engstrom, E. e Ribeiro, J. M. (2017). Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. *Ciênc. saúde coletiva*. 2017, 22(5), 1455-1466.

Oliveira, I. F. et al. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(esp.), 140-149.

- Pereira, K. Y. L. e Teixeira, S. M. (2013). Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *Textos e contextos*, 12(1), 114-127.
- Pinto, A. K. P. e Rocha, F. E. M. (2016). Relação saúde - escola: desafios e perspectivas. *Jorsen*, 16, 945-040.
- Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 151-161.
- Vaitsman, J. e Lobato, L. V. C. (2017). Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência: barreiras de acesso e lacunas intersetoriais. *Ciência & saúde coletiva*, 22(11), 3527-3536.
- Vieira, E. M. e Hasse, M. (2017). Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface: comunicação, saúde, educação*, 21(60), 52-62.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.
- Yazbek, M. C. (2004). O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileira. *São Paulo em perspectiva*, 28(2),
- Yazbek, M. C. et al. (2011). O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: Desafios e perspectivas de uma realidade em movimento In: Couto, B. R. et al. (orgs). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma realidade em movimento*. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora.

ARTIGO 2: “EU VIM AQUI PRA FAZER POLÍTICA”: ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Resumo: Este texto tem como objetivo investigar como trabalho intersetorial desenvolvido em um CRAS do município de Joinville – SC expressa modos de articulação comunitária e formas de participação social. Para tanto, foram realizadas observações participantes nas reuniões do grupo de articulação do referido CRAS e entrevistas semi-estruturadas com atores representativos do grupo de articulação. A análise das informações produzidas foi orientada teórica e metodologicamente pela psicologia sócio-histórica em diálogo com o filósofo Jacques Rancière, sobretudo pelo Método da Igualdade. Os resultados estão apresentados em três categorias que emergiram do trabalho de campo e discutem questões relacionadas às histórias de vida e participação social, a atuação na associação de moradores no território estudado e a potência da mediação do CRAS na articulação comunitária. Considera-se que as histórias pessoais e comunitárias foram retomadas para viabilizar a compreensão sobre o processo de constituição do trabalho intersetorial e a mediação do CRAS qualificou a articulação comunitária no território estudado.

Palavras-chave: Psicologia política. Participação social. Articulação intersetorial. Democracia. CRAS.

Abstract: This text aims to investigate how intersectoral work developed in a CRAS in the municipality of Joinville - SC expresses ways of community articulation and forms of social participation. For this purpose, participant observations were made in the meetings of the articulation group of the referred CRAS and semi-structured interviews with actors representing the articulation group. The analysis of the information produced was guided theoretically and methodologically by socio-historical psychology in dialogue with the philosopher Jacques Rancière, mainly by the Equality Method. The results are presented in three categories that emerged from the fieldwork and discuss issues related to the histories of life and social participation, the performance in the association of residents in the studied territory and the power of CRAS mediation in community articulation. It is considered that personal and community histories have been taken up to facilitate understanding about the process of constituting intersectoral work and the mediation of CRAS qualified the community articulation in the studied territory.

Keywords: Political psychology. Social participation. Intersectoral articulation. Democracy. CRAS.

Introdução

As políticas públicas, especialmente a de Assistência Social, apresentam-se como um campo de possibilidades para o enfrentamento da desigualdade social. Retomando a história da Assistência Social no Brasil é possível compreender que durante a ditadura militar

brasileira (1964-1985) as iniciativas de assistência à população eram guiadas por práticas elitistas e populistas, controlando e reprimindo as organizações populares. Neste período, a lógica era fundada na capacidade contributiva de cada trabalhador, fato que ampliou o cenário de desigualdade e miséria no país (Yamamoto & Oliveira, 2010).

A redemocratização é marcada pela mobilização popular que culminou nas “Diretas Já”, movimento que marcou a abertura política e a participação da sociedade. A partir de 1985 a tarefa do Congresso Nacional era elaborar uma nova constituição. Nesse período os movimentos sociais, populares e comunitários estavam na base do embate político proporcionando avanços na defesa e garantia de direitos. Com a Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, algumas medidas públicas fortaleceram os preceitos constitucionais relativos à Assistência Social, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), Estatuto do Idoso (1993) (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Foi no ano de 2004, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e em 2005 com a Norma Operacional Básica (NOB) que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado, operacionalizando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa lei regulariza e organiza as ações socioassistenciais em todo o Brasil, dividindo a proteção social em dois níveis de complexidade: proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE) (Oliveira *et al.*, 2011).

Vale ressaltar que o SUAS foi implantado e teve avanços e investimentos na sua organização nos governos do Partido dos Trabalhadores. A partir do governo Temer (2016-2018) deflagra-se o desmonte e sucateamento das políticas públicas, sobretudo pela aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que estabeleceu um teto para os gastos sociais, afetando o orçamento da Política de Assistência Social. O atual governo segue os mesmos passos, reduzindo os gastos públicos na assistência e fomentando reformas liberais como, por exemplo, a reforma de previdência social, que colocam em risco os direitos sociais já conquistados (Costa, 2019).

O enfoque deste trabalho está na PSB, mais especificamente no CRAS, que se caracteriza como porta de entrada da Assistência Social, destinado a pessoas e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e pessoal, com a proposta do fortalecimento dos vínculos familiares e na convivência comunitária. Dois princípios que orientam a atuação dos profissionais são a territorialização e a intersetorialidade, abrangendo não só outras políticas

públicas, mas instituições não governamentais, iniciativas comunitárias, de coletivos, de movimentos sociais, etc. (Brasil, 2012).

O CRAS tem duas funções: a primeira é a oferta do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Esse programa é o principal serviço da Proteção Social Básica, e tem entre os seus objetivos a “a garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial” (Brasil, 2009, p. 31). Só pode ser ofertado pelo poder público, isto quer dizer, pela equipe dos CRAS.

Além da oferta do PAIF, também é função do CRAS a gestão da proteção social básica no território, que abrange: “a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, todas realizadas no território de abrangência dos CRAS” (Brasil, 2009, p. 19). É sobre esta função que este texto irá se debruçar, em específico acerca da promoção da articulação intersetorial. O caderno de Orientações Técnicas do CRAS traz uma definição de intersetorialidade: “refere à articulação entre setores e saberes, para responder, de forma integrada, a um objetivo comum” (Brasil, 2009, p. 26). E completa afirmando que a “intersetorialidade se materializa mediante a criação de espaços de comunicação, do aumento da capacidade de negociação e da disponibilidade em se trabalhar com conflitos” (Brasil, 2009, p. 26).

A articulação intersetorial não é responsabilidade somente da política de Assistência Social, mas o gestor “pode influir para que seja definida a prioridade de articulação das ações no território de abrangência do CRAS” (Brasil, 2009, p. 26). Neste sentido, compreende-se que a coordenação do CRAS tem um papel fundamental na articulação comunitária, uma vez que o CRAS tem como um dos eixos a territorialização, que “refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento” (Brasil, 2009, p. 13).

A estratégia de trabalho a partir do território é pautada não só no conhecimento acerca das problemáticas, mas das potencialidades, dos serviços e entidades que também promovem proteção social. Nesse sentido, “a articulação intersetorial deve envolver escolas, postos de saúde, unidades de formação profissional, representantes da área de infraestrutura, habitação, esporte, lazer e cultura, dentre outros” (Brasil, 2009, p. 26). Portanto, além de mapear as instituições que determinado território pode oferecer, o CRAS como mobilizador da articulação intersetorial precisa fomentar a criação de vínculo e diálogo entre elas.

Oliveira *et al.* (2011) afirmam que a intersetorialidade é “uma diretriz bastante enfatizada nos documentos oficiais”, porém “é uma tarefa complexa e de difícil mensuração” (p. 143). Romagnoli (2016) aponta que a dificuldade na intersetorialidade faz emergir queixas e desencontros entre os serviços presentes no território. Diante da problemática exposta, ou seja, da importante função do CRAS de articular intersetorialmente e das pesquisas que concordam com a dificuldade de realizar a articulação intersetorial, esse artigo tem como objetivo investigar como trabalho intersetorial que é desenvolvido em um CRAS do município de Joinville – SC expressa modos de articulação comunitária e formas de participação social.

Os caminhos da pesquisa

Desde o primeiro contato com a política de assistência, especialmente com a proteção básica, cresceu o interesse em conhecer mais sobre a dimensão comunitária do trabalho nesses serviços. Além disso, nas pesquisas anteriores a temática da intersetorialidade aparecia como um enigma a ser desvendado. Por que articular intersetorialmente? Como negociar os diferentes interesses e perspectivas? Existem formas de tecer uma rede articulada e resolutive?

No caminho de busca por esclarecimentos encontramos coordenadores de CRAS falando sobre o modo como a gestão pública municipal vinha mobilizando a função de gestão da proteção social do território (Brasil, 2009). Entre as ações da gerência que coordenam a proteção social básica no município, estava um projeto piloto de diagnóstico socioterritorial, e ainda, o compartilhamento da experiência das redes e grupos de articulação que já aconteciam. Essas informações foram obtidas pela participação em eventos e reuniões públicas promovidas pela secretaria de assistência social. Com esses contatos iniciais foi possível identificar um território com trajetória de articulação comunitária e definir um grupo para a pesquisa de campo: o grupo de articulação intersetorial do CRAS estudado.

O referido CRAS atende quatro bairros da cidade de Joinville e foi o CRAS que mais realizou atendimentos no ano de 2018, totalizando 14.859 atendimentos (Joinville, 2019). A estratégia de articulação em rede com reuniões mensais iniciou em 2013, com encontros apenas no CRAS. Dois anos depois decidiram realizar as reuniões de maneira itinerante, cada mês em uma instituição ou serviço. A cada reunião eles identificam entidades, secretarias ou

serviços que precisam estar presentes para a discussão de determinados assuntos que entrarão na pauta. Os encontros iniciam sempre com uma apresentação dos participantes e da instituição que sedia a reunião, e contam com uma média de 30 participantes entre trabalhadores/as das políticas públicas (SUS, SUAS, CEIs, escolas, segurança pública), líderes comunitários (representantes das associações de moradores, conselhos locais de saúde e segurança), representantes de entidades e instituições do território.

As reuniões do grupo de articulação são marcadas pelas discussões de problemáticas do território, buscando soluções, e convocando secretarias municipais e outros serviços que sejam responsáveis por determinadas questões para conversar e construir estratégias coletivamente. Além disso, são construídos eventos, como a feira do parque, e um projeto de horta comunitária, duas iniciativas que respondem a demandas do território identificadas pelo grupo.

Para responder aos objetivos desta pesquisa, dividimos as estratégias de produção de informações em duas etapas: a primeira de observação-participante, privilegiando o coletivo; e a segunda de realização de entrevistas semi-estruturadas, realizadas individualmente com sujeitos que durante a pesquisa foram observados como atores expressivos e representativos no grupo de articulação. Após a aprovação da pesquisa pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos, acompanhamos, durante os meses de abril a setembro de 2019, as reuniões intersetoriais que aconteceram nas segundas quartas-feiras de cada mês, no período da manhã.

Quando falamos de observação-participante, estamos partilhando da perspectiva de Minayo (2015) que a compreende como um recurso de inserção do pesquisador no âmbito da vida, permitindo a convivência com o grupo sem roteiros pré-estabelecidos. Essa postura em campo auxilia na apreensão de aspectos que vão aparecendo no decorrer das observações, a partir da interação que é estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos.

Como as reuniões são itinerantes, a observação-participante possibilitou percorrer o território, seus diversos serviços e instituições. O trajeto da pesquisa foi sendo delineado enquanto circulávamos pelos espaços que recepcionaram os encontros desse período: centro de educação infantil, serviço especializado de saúde, escolas municipais e instituições religiosas. Diehl *et al.* (2006) afirmam que percorrer e experimentar lugares torna-se uma ferramenta de pesquisa em psicologia social, pois permite o questionamento da posição que ocupamos como observadores, o estranhamento com relação aos desconhecidos e também das

coisas que já são conhecidas e poderão ser significadas de maneira diferente, a partir da abertura à experiência que a pesquisa proporciona.

A participação nos encontros do grupo de articulação possibilitou o conhecimento e aproximação com os representantes que compõem esse coletivo e viabilizou a segunda esfera da pesquisa, que aconteceu concomitante a primeira. Enquanto acompanhávamos as reuniões do grupo, também agendávamos as entrevistas para outros horários, de acordo com a disponibilidade dos sujeitos e com o aceite em participar. Foram realizadas sete entrevistas com participantes do grupo. A entrevista foi utilizada como um recurso metodológico que colaborou com o esclarecimento e aprofundamento de algumas questões. Dirigindo as entrevistas com um roteiro, buscamos conduzir essa estratégia como uma conversa, uma discussão, produzindo informações relacionadas às vivências cotidianas dos participantes (Zago, 2003).

Durante todos os encontros com o campo de pesquisa e com os sujeitos, aconteceram afetações, reflexões e conexões com as leituras realizadas previamente. Neste processo as notas em diário de campo foram fundamentais para registrar as memórias afetivas e, ao mesmo tempo, produzir distanciamentos da experiência, necessários para o momento da análise das informações (Diehl *et al.*, 2006).

Para analisar as informações produzidas, as entrevistas foram transcritas e as anotações em diário de campo retomadas. Relendo todo o material, construímos categorias de análise, a partir da recorrência das temáticas nos discursos e a conexão com os objetivos da pesquisa. As categorias organizadas articulam os discursos que emergiram a partir as experiências no campo de pesquisa com referenciais históricos e científicos.

A partir do Método da Igualdade, proposto por Rancière (2014a), não buscamos explicar, interpretar ou buscar uma essência dos fenômenos estudados, mas explorar as redes de significação que constroem uma determinada experiência. Marques e Prado (2018) explanam que o trabalho a partir do método da igualdade descola o pesquisador do lugar analista, de quem se debruça sobre as informações somente a partir do discurso acadêmico, e o desafia a entrelaçar, combinar as possibilidades, em uma relação horizontal, sem a intenção de produzir representações ou causalidades históricas.

O texto está organizado em três categorias. Na primeira, intitulada “Trajetórias de vida e participação social”, serão discutidos os conceitos de participação e a democracia a partir das narrativas pessoais de alguns sujeitos dessa pesquisa. Na categoria seguinte, “Encontro com o passado recente: grupo de articulação e associações de

moradores” será apresentada a participação dos sujeitos na associação de moradores do bairro, característica desse território, e como a realidade local está relacionada ao tempo histórico vivenciado no Brasil. Na terceira categoria, “Política de Assistência Social e seus efeitos na articulação comunitária”, explicar-se-á acerca da potência do grupo de articulação estudado, como um espaço de participação social e ruptura com determinadas práticas que marcaram a história da assistência social no país.

Resultados e discussão

Trajetórias de vida e participação social

“*Só unidos podemos chegar a alguma coisa*”, afirmou um dos participantes quando questionado sobre as características do trabalho intersetorial. Ele relatou que na sua juventude descobriu “*que nada estava muito legal, e que precisava interferir como cidadão*”. Em São Paulo, sua terra natal, acompanhou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e participou das “Diretas Já”. Após a mudança para Joinville, trabalhou nas indústrias metalúrgicas e foi representante dos trabalhadores em um sindicato da cidade.

“*Eu já tinha um histórico de luta lá do passado*”, narrou a atual presidente da Associação de Moradores do bairro estudado, quando contava sobre o que já haviam realizado no bairro antes do grupo de articulação do CRAS. Desde que chegou à localidade, há 32 anos, se envolve com as problemáticas comuns: “*eu era funcionária pública, era zeladora. E a gente estava numa luta muito grande na educação pra ganhar aumento e a gente ficou 42 dias na greve, e essa greve me instigou muito. Desde aquela greve eu sempre tentei lutar*”.

“*Quando eu estava na ativa que eu trabalhava no Paulo Medeiros [escola do bairro] a gente já vinha nessa caminhada de ficar sabendo o que estava acontecendo*”, contou outra participante sobre seu envolvimento na associação de moradores e conselhos locais quando trabalhava no bairro. Acredita e defende iniciativas que se organizem de outra forma diferente das relações capitalistas, onde as pessoas descobrem “*o que podem fazer unidos*”.

As histórias pessoais de alguns dos participantes desta pesquisa apontam para um determinado período da história brasileira: a redemocratização. Os três citados eram jovens na década de 1980 e viveram a reabertura política do país. Durante o processo de redemocratização a população se mobilizou, participando de comícios e de movimentos

sociais, que culminaram em milhões de pessoas nas ruas na campanha “Diretas Já”. A partir de 1985 a democratização se intensificou, com a instituição de condições livres de participação (direito de voto e organização política) e com a elaboração da Constituição de 1988, que representou um avanço significativo na garantia de direitos, proteção social e participação política. O texto estabeleceu os mecanismos da democracia representativa, inclusive o direito da participação popular (Kinzo, 2001).

Sobre a participação, Pateman (1992) acredita que a partir da década de 60 “a palavra participação tornou-se parte do vocabulário político popular” (p. 9). Compreende-se que o ideal de democracia seja “o governo do povo por meio do máximo de participação de todo o povo” (Pateman, 1992, p. 10). E, a partir disto, a discussão acerca dos modos de participação e formação dos sujeitos políticos tornou-se objetivo de observação e análise.

Para Rancière (1996) não existe um sujeito político *a priori*, pois a política está condicionada à verificação da igualdade e acontece como ato que rompe a linha ordinária do campo hegemônico. A ocorrência da política “rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela” (Rancière, 1996, p. 42). Por atualizar o princípio da igualdade, a atividade política questiona as partilhas desigualitárias, pois “desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (Rancière, 1996, p. 42).

De acordo com Machado (2013), “o trabalho da política consistirá em questionar a conta das partes desse sistema em um processo que Rancière denomina ‘subjetivação política’” (p. 269). Esta forma subjetiva da política acontecer está relacionada ao processo de desidentificação com uma identidade determinada e identificação impossível, com a referência identitária do outro. Um movimento simbólico de escorregar em um lugar entre identidades, que interpela a configuração desigual do comum. A subjetivação política permite questionar o estabelecido, interromper a lógica da dominação, flagrar a naturalização da desigualdade.

A partir desta perspectiva, é possível conjecturar acerca do posicionamento dos sujeitos de pesquisa e da sua implicação com o território e as situações de vulnerabilidade e desigualdade vivenciadas. Um dos entrevistados afirmou que sua casa é uma das modelos do Conjunto Habitacional e, mesmo assim, estava junto nas lutas dos que não receberam suas casas com a estrutura prometida. Quando questionado sobre as demandas do território,

responde emocionado “*eu não aceito que tenha mais de seis mil pessoas que não tenham direito a cesta básica, eu não aceito e vou continuar não aceitando! [...] É uma crueldade o que fazem com algumas pessoas aqui em Joinville*”. Colaborou com o início do grupo de articulação, além de ser um dos membros da Associação de Moradores, do conselho local de saúde, e do Conselho de Associações de Moradores do município de Joinville (COMAM).

Outra participante, professora especialista em psicopedagogia, aposentada pela secretaria estadual de educação, trabalha comunitariamente em favor das famílias que precisam de alternativas para a geração de renda. Como dito anteriormente, ela possui implicações com as questões políticas e sociais desde a juventude, mas depois que se aposentou, passou a se dedicar a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) vinculada a um dos CEIS do bairro. Representando o COM-VIDA, começou a participar do grupo de articulação intersetorial e organizar as feiras no parque do bairro, com tendas para comercialização de artesanatos produzidos pelas mulheres da comunidade. Ela, pessoalmente, buscou as artesãs da comunidade e estudou os documentos necessários para que a feira acontecesse, mesmo não sendo artesã.

Outra participante da pesquisa e do grupo de articulação, também aposentada, relata que ficou com uma boa pensão do marido que era militar e que durante a vida se dedicou aos trabalhos voluntários na comunidade, conselhos locais, cozinha comunitária, aulas de ginástica para os idosos. Em uma das reuniões ela se emocionou expondo o motivo pelo qual tinha se desligado do conselho municipal de saúde. Descreveu que as discussões acerca da mortalidade de neonatos eram realizadas por meio de números e estatísticas. Ela não compactuava, não conseguia enxergar apenas como número a história de centenas de mães que perdiam seus filhos por erros médicos na maternidade municipal de Joinville.

Parece que esse movimento de atuação na comunidade, levou os participantes a se deslocarem dos seus lugares pré-estabelecidos pelos títulos e pelo saber, e se identificarem com os sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade, extrema de pobreza e violação de direitos. Fazem ver e ouvir, nos seus discursos e lutas, que existe uma realidade velada onde seres humanos, tal como eles, (sobre)vivem, mas não têm suas existências contadas como iguais. Assim, esses ativistas se desidentificam com suas identidades de referência e se lançam, ainda que de forma simbólica, em direção à outra identidade, de maneira heterológica.

Nas palavras de Pateman (1992) “é a nível local que se cumpre o verdadeiro efeito educativo da participação” (p. 46). Existe uma função educativa na participação, como é o

caso do grupo de articulação pesquisado. Isto quer dizer, somente pela participação em pequena escala é que se aprende a democracia e quanto mais os sujeitos participam das instâncias locais, mais qualificam e ampliam a capacidade de exercitá-la em maior escala.

Rancière (2014b) argumenta que a democracia não é uma forma de governo ou de sociedade, mas é o “poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que ser governados” (p. 63). Em outras palavras, a democracia pode ser entendida como uma operacionalização da verificação da igualdade, onde governam não os que têm títulos, posses, méritos, mas os “sem-parte”, os que não são contados. Portanto, a democracia se apresenta como uma forma de expressão da política protagonizada pelo povo, pelos sujeitos que, em um movimento simbólico, se descolam das identidades atribuídas a eles, e das necessidades particularistas.

Para Rancière, os agentes domésticos, pobres, trabalhadores, mulheres, podem participar, decidir, agir politicamente, “desde que não restrinjam suas demandas a necessidades particulares, mas que as traduzam e as aproximem de demandas coletivas” (Lelo e Marques, 2014, p. 351). Neste sentido, a potência na participação social dos moradores destes bairros, pode estar relacionada à configuração das suas lutas cotidianas como lutas referentes ao comum, que se movimentam e se conectam aos lugares e necessidades dos outros, suspendendo a configuração desigual que os invisibiliza. Vale lembrar que o engajamento não é realizado somente pelo grupo de articulação, mas por espaços antecedentes, como os conselhos locais, pastorais da igreja católica e associação de moradores.

Encontro com o passado recente: grupo de articulação e associações de moradores

Os movimentos comunitários foram, no passado recente da história do Brasil, organizações que reuniam os interesses comunitários e políticos. Em 1975, foi criado o Programa Nacional de Centros Sociais, uma estratégia do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do regime militar. Essa iniciativa tinha entre os seus objetivos o controle das formas de organização da população. No estado de Santa Catarina, em 1977 foi estabelecida uma política de ação comunitária para a criação de conselhos comunitários, em consonância com as finalidades do II PND. “Durante o período de vigência dessa política de formação e acompanhamento dos conselhos comunitários [...] outras organizações de

moradores foram surgindo de forma mais independente, ou por influência da Igreja Católica em áreas de periferia” (Müller, 1996, p. 43).

Os interesses políticos podem ser exemplificados por iniciativas governamentais, como o Programa Nacional do Leite Para Crianças Carentes, conhecido como Programa do Ticket do Leite, do Governo José Sarney (1985-1989). A entrega de cupons às famílias beneficiadas acontecia através das associações comunitárias e filantrópicas (Brasil, 1986). Nesse período foram fundadas muitas associações, fato que foi chamado por Boschi (1986) de “surto associativo”.

Na primeira ida a campo para observação participante da reunião do grupo de articulação do CRAS, estava incluída na pauta um tempo para a apresentação do projeto de pesquisa e verificação do consentimento do grupo em participar ou não da pesquisa. Com o aceite, permanecemos até o fim da reunião e no café, um dos participantes questionou se estávamos pesquisando apenas a articulação feita pelo CRAS ou se tínhamos interesse em conhecer como acontecia esta articulação antes do CRAS, realizada pelas associações de moradores dos bairros.

A temática foi tomando corpo quando cinco dos sete entrevistados citaram sua participação nas associações de moradores dos bairros referenciados no CRAS estudado, sobretudo na Associação de Moradores. Além disso, os líderes comunitários participantes da associação foram os pioneiros na rede de articulação do CRAS. Um dos entrevistados afirma que logo que o CRAS chegou ao território, em 2010, ele procurou a coordenadora com o objetivo de se colocar à disposição, afirmando que os líderes comunitários e o CRAS poderiam se unir. Sobre a associação, ele expôs:

Começamos a discutir no bairro né, as propostas coletivas. Tínhamos a igreja, não tínhamos mais nada. [...] A igreja nos cedeu um lugar para fazer a discussão da associação de moradores. [...] Ali na associação de moradores a gente foi mostrando para os gestores que nós éramos um bairro que estava determinado a buscar os direitos. Hoje a associação é respeitada em toda a Joinville.

As associações de moradores se formaram nos bairros, constituídas pelos moradores locais, de forma comunitária, voluntária, com o objetivo de reunir forças em função de interesses comuns, geralmente reivindicando melhorias materiais, na infraestrutura e desenvolvimento de projetos culturais, esportivos e educacionais. O vínculo entre seus membros é a relação de pertencimento com o bairro e/ou localidade representada. O período de crescimento da fundação de associações de moradores coincide com a abertura política e

redemocratização do Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990 (Scherer-Warren & Chaves, 2004).

A presidente da associação de moradores menciona algumas questões que foram pautas da entidade: o parque do bairro, uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS), asfalto, implantação do restaurante popular, serviço de habilitação e reabilitação, melhorias na rede de esgoto. Ela e outros dois entrevistados vieram morar no bairro quando o local era um Conjunto Habitacional que pertencia ao bairro vizinho, afirmam que as demandas iniciaram pela falta de estrutura do próprio Conjunto. Não tinham escola, nem UBS a rede de esgoto não suportava a quantidade de casas, e as inundações eram frequentes. Algumas casas não foram entregues como prometidas, e muitas ruas até hoje não foram asfaltadas.

A respeito da atuação da associação, uma das participantes relembrou: *“nosso bairro, tudo que ele é hoje e tudo o que ele vai ser futuramente foi muita reivindicação, foi muita luta. Nós tivemos uma associação de moradores antes do grupo de articulação muito forte”*. E outra entrevistada: *“a gente teve muita luta nessa comunidade, a gente conseguiu muita coisa aqui no bairro”*. A partir das narrativas, é possível compreender o lugar que o associativismo ocupa neste território e na sua história, as decisões coletivas, as causas comuns defendidas e a construção de vínculos entre os moradores. Pois, de acordo com ela: *“se não tiver união não tem luta”*.

Acerca da organização das associações de moradores, um dos participantes relata que existiam duas entidades representativas em Joinville, uma contrapondo a outra, por questões político-partidárias. De um lado a Federação das Associações de Moradores de Joinville (FAMJO) e do outro o Conselho de Associações de Moradores em Joinville (COMAM). Nas palavras do participante: *“O COMAM nasceu para ser massa de manobra de políticos, para contrapor outra associação que também era massa de manobra de político, a FAMJO [...] eles usavam sempre em momentos politiqueros”*.

Historicamente no Brasil, alguns movimentos populares, incluindo as associações de moradores retomaram antigas práticas relacionadas à política partidária, dentre elas, o clientelismo. Lenardão (1997) aponta que existem heranças culturais políticas do coronelismo. *“Por isso não são estranhos nas práticas corriqueiras do sistema político brasileiro o curral eleitoral, o voto de cabresto, a corrupção eleitoral, o nepotismo, a apropriação do Estado por famílias importantes”* (p. 43). Na perspectiva do autor, este fato colabora para a eleição de *“vereadores de bairro”* que compactuam com a perspectiva clientelista.

Para Andrade e Santos (2010) o clientelismo é marcado por relações de troca, “entre os que podem ocupar e ocupam algum cargo público e os que desejam acessar os serviços ou recursos políticos, acesso esse que é mais difícil, ou até impossível de alcançar, caso não haja esse vínculo ou relação” (p. 97). Muitas associações de moradores estavam ligadas a partidos políticos pelo vínculo clientelista, ou por seus líderes trabalharem também para os vereadores e partidos políticos. Os próprios partidos utilizavam estratégias para cooptar lideranças comunitárias, que compunham suas redes de influência.

Em Joinville, a FAMJO foi fundada na metade da década de 1980 por associações de moradores ligadas a um dos partidos políticos atuantes na época, agregando associações de bairros periféricos. Já o COMAM nasceu em 2000 com o objetivo de agregar as associações que não compactuavam com a FAMJO. A forte conotação partidária tanto das entidades representativas, quanto das associações de moradores tem desmobilizado a participação popular nessas instâncias, uma vez que a população interessada tem buscado independência partidária, por acreditarem que esta é a melhor forma para a conquista dos anseios da comunidade (Mezadri, 2012).

Compreende-se a importância do associativismo comunitário como espaço de participação e exercício de cidadania. O modo de trabalho das associações com reuniões periódicas entre os moradores para discutir demandas do bairro tem semelhanças com o modelo observado no grupo de articulação do CRAS, uma vez que todos os participantes citaram que as conquistas comunitárias e a implicação com as questões coletivas não nasceram especificamente com o grupo de articulação, mas que o modo de organização e de reivindicação já estava presente neste território.

Política de Assistência Social e seus efeitos na articulação comunitária

Nesta seção vamos verificar o modo como a presença do CRAS no território pode potencializar uma aspiração histórica dos movimentos populares com respeito às pautas de reivindicação comunitária e a construção de uma esfera pública democrática. As ações coletivas no âmbito comunitário, na história recente do país, se confundem com o processo de redemocratização do estado brasileiro (Kinzo, 2001). A leitura que se faz aqui, observando as informações produzidas no campo da pesquisa, apontam que a mediação do CRAS na

articulação comunitária pode mobilizar atores sociais, ampliar a interface entre Estado e sociedade civil organizada no território, isto quer dizer, instrumentalizar ações coletivas.

O referido CRAS foi implantado em 2010, e em 2013 os trabalhos do grupo de articulação começaram, por iniciativa da coordenadora do serviço e de alguns líderes comunitários. De acordo com as Orientações Técnicas referentes ao trabalho dos CRAS, Brasil (2009), a promoção da articulação intersetorial não está sob “a governabilidade da política de Assistência Social”, mas “o gestor de assistência social pode, no entanto, influir para que seja definida a prioridade de articulação das ações no território de abrangência do CRAS” (p. 26).

Nesse sentido, o CRAS operacionalizou uma das diretrizes do SUAS, a territorialização. A coordenadora conta que desde que assumiu a coordenação do CRAS, em 2013, buscou “*conversar com a rede, pois a rede é fundamental para que a gente possa entender o usuário da melhor maneira possível*”. De acordo com Brasil (2009) “a territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento” (p. 13). Isto quer dizer, para a estruturação do trabalho socioassistencial faz-se necessário conhecer a história do território, as vulnerabilidades e os riscos, mas, além disso, é necessário (re)conhecer as potencialidades do território, suas instituições, organizações e movimentos.

Com o mapeamento das lideranças comunitárias, os interessados em realizar reuniões periódicas enviam ofícios convites para os Centros de Educação Infantil (CEI), escolas municipais e estaduais, associações de moradores, conselho local de saúde, unidades básicas de saúde, subprefeitura, polícia militar, guarda municipal, restaurante popular, serviço especializado em reabilitação, secretarias municipais (segurança, habitação, educação), igrejas, cozinha comunitária.

Os participantes contam que foi difícil começar a reunir os serviços e entidades, a facilitadora do grupo relatou “*no início foi desafiador, pois nós temos 20 equipamentos, entre governamentais e não-governamentais, e aí vinham três ou quatro*”. Ela acredita que a adesão aconteceu na medida em que foram desmistificando uma questão que aparece como central também no discurso de outros participantes, os interesses político partidários. Outro participante descreveu “*a primeira dificuldade foi que as pessoas entendessem da proposta, porque como eu sou um agente político, as pessoas pensavam que eu iria fazer aqui politicagem*”. Mais um entrevistado relata sobre essa questão, pontuando que a política

perdeu credibilidade, então para o trabalho acontecer e para os sujeitos participarem as pessoas, inclusive ele, não falam sobre o “*gosto político*” e as candidaturas ao cargo de vereador.

Uma das entrevistadas informa que em algumas reuniões do grupo havia a presença de vereadores, e ela se posiciona: “*o vereador pode até vir, mas com o objetivo de vir nos bairros e atender a comunidade, não para ganhar votos*”. Outra participante também trouxe este assunto à tona descrevendo:

Existem tentativas de interferências partidárias, mas a facilitadora é bem forte, ela não deixa nenhuma bandeira política se levantar, [...] mas a gente percebe que, às vezes, tem pessoas que acabam querendo usar o grupo para isso né, pra benefício próprio, e isso é um pouquinho chato.

Um dos grandes desafios para o acontecimento do grupo e, por consequência, da articulação intersetorial no território estudado foi o surgimento de interferências político-partidárias. É possível conjecturar e estabelecer relações entre o modelo de articulação realizado pelas associações de moradores, marcado pelo clientelismo, e as dificuldades para o estabelecimento do trabalho no CRAS. A influência dos partidos políticos e seus representantes nos bairros deixaram marcas que precisaram ser trabalhadas e mediadas pela coordenadora do CRAS que também ocupa o cargo de facilitadora no grupo de articulação.

O estabelecimento do Sistema Único de Assistência Social no Brasil tinha como um dos objetivos romper com as práticas assistencialistas tradicionais brasileiras, marcadas pelo clientelismo, pelas instituições religiosas, beneficentes e primeiras damas (Yamamoto & Oliveira, 2010). O modo de trabalho do referido CRAS de valorizar a participação social dos líderes envolvidos nas associações de moradores e de romper com as insurgências partidárias colabora para a efetivação dos propósitos do SUAS.

Além do fato do grupo de articulação contribuir para a quebra de antigos paradigmas dos movimentos comunitários, esta estratégia de trabalho também contribuiu para o fortalecimento de vínculos, uma vez que as reuniões mensais com apresentações, cafés e o grupo do *whatsapp* contribuem para o conhecimento, criação e manutenção de laços sociais entre os participantes que tem o objetivo em comum de enfrentar as vulnerabilidades do território. Neste sentido, um dos entrevistados afirma: “*Tá provado isso aqui no grupo de articulação, a gente se une e as pessoas começam a nos respeitar. E sozinho você não é nada. Então é isso, a gente foi entendendo isso*”.

O grupo apresenta características do território e a participação de moradores que representam as entidades locais, porém, o caráter técnico das mediações realizadas pelas trabalhadoras dos serviços de assistência, saúde e educação qualifica as reivindicações e o modo de fazê-las. A presidente da associação de moradores expôs: *“através desse grupo de articulação a gente vai conhecendo outras áreas, outros métodos pra trabalhar e vai ajudando, uma ideia aqui, uma ideia ali... vamos conseguindo as coisas”*. Portanto, a partir do SUAS, especificamente da presença deste CRAS no território, tem-se a possibilidade de outros modos de participação social, que efetivam a democracia participativa pela via da articulação comunitária, rompendo a cultura do clientelismo e o acesso pelo legislativo como representante de demandas do território.

Uma das atribuições do CRAS é ser “mediador das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado” (Brasil, 2004, p. 35), questão que o grupo de articulação mobilizado pelo CRAS colabora. Isto pode ser percebido a partir da fala de uma assistente social participante:

O grupo de articulação pra mim é um mediador. Ele é um mediador da comunidade e das políticas públicas, ele é um mediador da demanda que a comunidade tem e como ela vai chegar, como ela vai se posicionar, como ela vai falar, com quem ela vai falar, de que forma ela vai falar.

Ao refletir sobre as potencialidades deste modo de trabalho é possível perceber a lapidação do trabalho comunitário a partir da mediação técnica. Os participantes do grupo, moradores e trabalhadores do território, mapeiam as problemáticas, dificuldades e demandas de infraestrutura, atendimento, vulnerabilidades, irregularidades e compartilham no dia da reunião. Todos têm direito de fala para a construção de um encaminhamento. A facilitadora juntamente com a comissão (eleita pelos participantes) materializam os encaminhamentos na forma de ofícios para as secretarias ou órgão responsáveis pelos assuntos debatidos, para que um representante compareça a próxima reunião e ouça e indique as possíveis formas de resolução.

Por meio do grupo de articulação, os gestores e trabalhadores das políticas públicas se conhecem, dialogam e entendem os fluxos de trabalho uns dos outros. Os representantes da sociedade civil e entidades que participam também entram em contato com a realidade, o modo de trabalho das políticas e compreendem quais os melhores caminhos para garantir os seus direitos e os da população do território. Os diferentes olhares para as problemáticas dos

sujeitos e dos territórios favorece a superação da fragmentação que marca a construção das políticas públicas no Brasil e no mundo.

O modo como o grupo foi se organizando ao longo desses seis anos de existência contempla os saberes de todos os envolvidos, sejam moradores do bairro ou gestores das secretarias municipais. Constitui-se como um espaço democrático, afinado com o princípio da horizontalidade que fomenta a participação e o protagonismo social, questões centrais para a política de assistência. A participação democrática ocupa um lugar de destaque na construção da política nacional de assistência social. Ao mesmo tempo em que está relacionada entre os princípios éticos para a oferta dos serviços socioassistenciais (Brasil, 2012), é também um dos eixos estruturantes (Brasil, 2009) e um método de trabalho, que operacionaliza o objetivo da Proteção Social Básica de potencializar o “protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades” (Brasil, 2014, p. 13).

O que pode um grupo de articulação? O que pode a participação popular em uma comunidade? A partir de um posicionamento presente na política de assistência social, operacionalizado pela gestão do CRAS deste território, a participação acontece. As experiências democráticas fortalecem a comunidade e seus membros, em prol do enfrentamento das injustiças e problemáticas do coletivo. Nas palavras de Rancière (2014b), a democracia “entre os que sabem partilhar com qualquer um o poder igual da inteligência, pode suscitar coragem e, portanto, felicidade” (p. 122).

Considerações finais

Os resultados discutidos apontam para as histórias dos participantes do grupo de articulação e como as experiências no período de redemocratização e abertura política do país produziram outros modos de participação política e engajamento com as questões sociais. Além disso, é possível conjecturar sobre os indícios do movimento de subjetivação política, uma vez que os participantes relatam um deslocamento simbólico com as suas identidades e uma identificação com os que sofrem com a desigualdade social, a pobreza e as violações de direito. Esse movimento alimenta a atuação do grupo de articulação, pois os participantes se apresentam continuamente implicados com as demandas do território de abrangência, buscando, por meio da participação, colaborar para a superação dessas.

Foi viabilizado uma retomada da atuação das associações de moradores, e como esse movimento comunitário inspira a participação no grupo de articulação. Vale lembrar o princípio da territorialização, pois um modo trabalho a partir de reuniões e participação social já era realizado no território estudado, a partir do associativismo comunitário, e o CRAS soube identificar e trabalhar a partir dessa potencialidade.

O CRAS, ao mobilizar a articulação intersetorial, assumiu um papel de mediador, qualificando as reivindicações e colaborando para que as demandas da população fossem identificadas e encaminhadas. Além disso, o modo de trabalho intersetorial do referido CRAS contribuiu para o fomento à participação social, questão central na política de assistência social vigente. Considera-se a potência do CRAS e do grupo de articulação na construção de outros possíveis para o território, a partir de princípios democráticos, horizontalidade e participação social.

Compreendemos que o trabalho territorializado é um fator que favorece o processo de constituição do trabalho intersetorial, uma vez que as potencialidades do território foram mapeadas e fortalecidas como, por exemplo, o saber-fazer da associação de moradores. Acerca das questões que dificultam o processo de articulação, todos os entrevistados citaram as influências político partidárias como um fato que precisou ser evitado e trabalhado. A diminuição dos investimentos nas áreas sociais incentivada pelo atual governo federal gera questionamentos, sobretudo acerca da manutenção e ampliação do trabalho dos equipamentos de assistência social, mobilizadores do processo de articulação intersetorial em territórios vulneráveis.

Pode-se considerar que, a partir do objetivo proposto e do trabalho de pesquisa no campo realizado, a articulação intersetorial neste território está amalgamada com a articulação comunitária, isto quer dizer, com o modo como a sociedade civil, os moradores dos bairros estudados participam socialmente e lutam por melhores condições de vida. Nesse sentido, a articulação intersetorial pensada como uma proposta técnica, com a presença dos serviços governamentais só é possível e potente pela articulação, de fato, das duas modalidades de trabalho (governamental e não-governamental) presentes no contexto estudado.

Referências

Andrade, E. T. & Santos, N. A. G. (2010). *Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau: história, organização e mecanismos de participação*. Florianópolis: Insular.

- Brasil. (1986). *Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes*. Brasília: Ministério da Ação Social (MAS).
- Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS.
- Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Brasília: MDS.
- Brasil. (2012). *Norma Operacional Básica do SUAS*. Brasília: MDS.
- Brasil. (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS.
- Boschi, R. (1986). A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982. *Dados*, 29(1), 5-42.
- Costa, L. C. (2019). A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais – de Temer a Bolsonaro. In: Fundação Perseu Abramo, *Brasil: Incertezas e Submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Diehl, R., Maraschin, C. & Tittoni, J. (2006). Ferramentas para uma psicologia social. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 407-415.
- Joinville. (2019). *Cidade em dados 2019: desenvolvimento social*. Joinville: Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável.
- Kinzo, M. D. G. (2001). A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, 15(4), 3-12.
- Lelo, T. & Marques, A. C. S. (2014). Democracia e pós-democracia no pensamento político de Jacques Rancière a partir das noções de igualdade, ética e dissenso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 15, 349-374.
- Lenardão, E. (1997). Neo-clientelismo e cooptação na manutenção do poder político local: estudo de caso. *Mediações: revista de ciências sociais*, 2(2), 41-56.
- Machado, F. V. (2013). Subjetivação Política e Identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 27(13), 261-280.
- Marques, A. C. S. & Prado, M. A. M. (2018). *Diálogos e dissidências: M. Foucault e J. Rancière*. Curitiba: Appris.
- Mezadri, F. (2012). *Estratégia política e ampliação democrática no orçamento participativo do município de Joinville (SC) 2009/2012*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis.
- Minayo, M. C. S. (2015). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34 ed. Petrópolis: Vozes.

- Müller, K. T. (1996). Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais. *Katalysis*, 1, 38-52.
- Oliveira, I. F. et al. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(esp.), 140-149.
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2014a). *El Metodo de la Igualdad: conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Rancière, J. (2014b). *Ódio a democracia*. São Paulo: Boitempo.
- Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 151-161.
- Scherer-Warren, I. & Chaves, I. M. (2004). *Associativismo Civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências*. Florianópolis: Insular.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(esp.), 9-24.
- Zago, N. (2003). A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In: Zago, N. Et al. *Perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A.

ARTIGO 3: (RE)UNIÃO, FEIRA E HORTA: EXPRESSÕES DO TRABALHO INTERSETORIAL DE UM TERRITÓRIO

Resumo: Esse artigo busca investigar o trabalho intersetorial desenvolvido em um CRAS do município de Joinville – SC. O campo da investigação é um grupo de articulação intersetorial, mobilizado por um CRAS. As observações participantes, entrevistas semi-estruturadas e atas e ofícios produzidos pelo grupo de articulação foram analisadas a partir do Método da Igualdade, no qual se compreende poder articular os enunciados do campo com as produções científicas, sem a pretensão de interpretar os dados de maneira hierárquica. A apresentação e discussão dos resultados estão divididas em três categorias construídas *a posteriori*, que relatam os modos de trabalho intersetorial construídos pelo grupo de articulação, sua relação com o território e com o Estado. Considera-se a potência do trabalho do grupo e da criação de ações intersetoriais para o trabalho afinado com as demandas do território, além disso, faz-se necessário outros estudos acerca da relação do coletivo com o Estado, e suas interferências no trabalho desenvolvido.

Palavras-chave: Articulação intersetorial. Território. Psicologia social. CRAS.

Abstract: This article seeks to investigate the intersectoral work developed in a CRAS in the city of Joinville - SC. The research field is an intersectoral articulation group, mobilized by a CRAS. The participant observations, semi-structured interviews and minutes and letters produced by the articulation group were analyzed using the Equality Method, in which it is understood to be able to articulate the utterances of the field with scientific productions, without the intention of interpreting the data in a way hierarchical. The presentation and discussion of the results are divided into three categories built a posteriori, which report the intersectoral work modes built by the articulation group, their relationship with the territory and with the State. The power of the group's work and the creation of intersectoral actions for work in tune with the demands of the territory are considered, in addition, further studies are needed on the relationship of the collective with the State, and its interferences in the work developed.

Keywords: Intersectoral articulation. Territory. Social Psychology. CRAS.

Introdução

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, as décadas de 60 e 70 foram marcadas pela pobreza, repressão política, desigualdade social, estratégias de organização popular, e afins. Na mesma época, a psicologia foi regulamentada como profissão no país, e alguns pesquisadores, especialmente da Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, problematizaram a atuação elitizada da profissão e contribuíam teórica e metodologicamente para a construção de “novas maneiras de fazer

política a atuar sobre o social” (Maheirie, 2019, p. 127). Buscando responder às questões sociais, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, debruçaram-se sobre as periferias, comunidades, movimentos sociais, ações coletivas e, mais recentemente, sobre as políticas públicas (Sawaia, 2014).

A Constituição Federal de 1988 assegurou direitos aos cidadãos, que são garantidos pelas políticas públicas, entre elas a de assistência social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído em 2005, rompendo com a concepção de assistência como beneficência e filantropia. Quanto à execução dos serviços socioassistenciais, o SUAS está organizado em dois níveis: proteção social básica, destinada a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade; e proteção social especial, cujo atendimento é voltado às pessoas e famílias com direitos violados (Gomes, Andrade, Maheirie, 2017).

A pesquisa privilegiou a discussão acerca da proteção social básica e sua principal porta de entrada que são os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). O CRAS é um equipamento que tem como objetivo o fortalecimento dos vínculos familiares e a convivência comunitária. As orientações do Ministério do Desenvolvimento Social sugerem trabalhos em grupos e com foco no território, demandando dos profissionais uma atuação intersetorial, abrangendo não só outras políticas públicas, mas instituições não governamentais, iniciativas comunitárias, de coletivos, de movimentos sociais, etc. (Brasil, 2012).

Para operacionalizar esses objetivos e princípios o CRAS está organizado para executar duas funções: 1) o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), cuja finalidade consiste na orientação e no convívio sociofamiliar e comunitário; 2) a gestão da proteção social básica no território, que abrange: “a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, todas realizadas no território de abrangência dos CRAS” (Brasil, 2009, p. 19). Nesse trabalho, nos dedicaremos a discussão acerca da promoção da articulação intersetorial, que, de acordo com Brasil (2009) “propicia o diálogo da política pública de assistência social com as demais políticas e setores e o acesso das famílias aos serviços setoriais” (p. 21).

A articulação intersetorial apresenta-se como uma estratégia de garantia de direitos e potencializa o enfrentamento a desigualdade social e vulnerabilidades, uma vez que integra os saberes e as práticas, construindo respostas adequadas às problemáticas complexas presentes nos territórios. Além disso, a articulação deve ser uma ação contínua e efetiva para, de fato, potencializar os resultados do CRAS e das outras organizações da comunidade. Vale ressaltar

que “a promoção da articulação intersetorial no território de abrangência do CRAS é uma ação coletiva, compartilhada e integrada a objetivos e possibilidades de outras áreas” (Brasil, 2009, p. 28).

As políticas públicas têm sido alvo de estudos e intervenções da psicologia, especialmente por se tornarem um dos maiores campos de trabalho para os profissionais desta categoria no Brasil. A política de assistência social se faz mediadora das/os trabalhadoras/os deste setor, entre elas/es as/os psicólogas/os, com o campo da desigualdade social, produzindo questionamentos e tensões acerca dessa realidade e das diversas formas de compreender - e atuar sobre - as situações de desigualdade, pobreza e precariedade (Gomes, Andrade, Maheirie, 2017).

Sobre tais tensões, temos problematizado neste campo a partir dos trabalhos da filosofia política de Jacques Rancière (2014, 2015, 1996a, 1996b). O método da igualdade, proposto por ele implica na concepção da realidade e nas formas de construir saberes sobre essa realidade. Na obra *O mestre ignorante*, Rancière (2015) afirma um princípio que orienta este trabalho: “a igualdade das inteligências é o laço comum do gênero humano, a condição necessária e suficiente para que uma sociedade de homens exista” (p. 107).

Neste sentido, a desigualdade que assola não possui essência, “não é a consequência de nada [...] não tem outra causa, a não ser a igualdade” (Rancière, 2015, p. 116). Surge então o questionamento: se a igualdade possui uma gênese e a desigualdade não, por que as relações desiguais preponderam e organizam os modos de viver, sentir, pensar? Vale ressaltar que Rancière não propõe saídas para a questão da desigualdade. Na verdade, o autor “afirma o dissenso como conflito perpétuo da sociedade”, pois “nenhuma experiência de igualdade é definitiva” (Gomes, 2016, p. 58-59).

Com a inserção no campo de pesquisa e a articulação com os pressupostos teóricos buscamos responder ao objetivo de pesquisar os modos de trabalho intersetorial que são desenvolvidos em um CRAS do município de Joinville – SC. Para tanto, foram construídas estratégias para a produção de informações e análises que serão apresentadas na próxima seção.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa de campo foi realizada com um grupo de articulação intersetorial mobilizado por um CRAS do município de Joinville. Para a produção de informações foram realizadas observações-participantes nas reuniões do grupo de articulação, entrevistas individuais com alguns dos participantes e análise dos documentos (atas de reunião e ofícios) produzidos pelo coletivo. O campo de pesquisa já era conhecido, por decorrência de pesquisas anteriores.

A entrada no campo se deu após a aprovação do projeto pela Secretaria de Assistência Social do município e pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Em seguida, iniciaram as observações-participantes em seis reuniões do grupo de articulação, que acontecem toda segunda quarta-feira de cada mês, em um serviço ou instituição do território. A observação participante, de acordo com Minayo (2015), é um processo no qual o pesquisador se coloca na posição de observador, convivendo com o grupo que vivencia a situação social observada e compreendendo os aspectos que vão aparecendo na medida em que o pesquisador vai criando vínculos e se implicando com o campo e o tema estudados.

O grupo era composto por representantes de serviços e entidades do território de abrangência do CRAS estudado, que é composto por quatro bairros. Participavam no grupo, em média, 30 pessoas, entre elas servidores públicos das políticas de saúde, assistência, educação e segurança pública, representantes da sociedade civil e de associações, integrantes de instituições religiosas e organizações não governamentais do território.

Concomitante à observação-participante foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas, com pessoas escolhidas por serem atores expressivos da articulação intersetorial. As entrevistas foram conduzidas em forma de conversa, iniciando com perguntas mais gerais sobre a pesquisa, construindo um ambiente descontraído e, em seguida, as questões mais específicas. A entrevista semi-estruturada não se detém somente aos questionamentos do roteiro, mas como afirma Zago (2003) “o encontro com o entrevistado se amplia para além do que foi previsto produzindo uma conversação rica em detalhes” (p. 304).

Para registrar e qualificar a presença em campo foi utilizado como ferramenta metodológica um diário de campo. A escrita no diário colaborou com a construção de uma narrativa, além de se constituir como um processo reflexivo potente, já que as problematizações acerca do lugar do pesquisador e o descolamento com o campo de pesquisa foram viabilizados pelo processo de escrita no diário de campo. Escrever é uma possibilidade

de significar o que foi vivenciado em campo, não com o compromisso de registrar a veracidade dos fatos, mas os diferentes pontos de vista que colaboram com a compreensão das situações (Freitas & Pereira, 2018).

No processo da pesquisa foram disponibilizados os documentos produzidos pelo grupo, tais como atas de reunião e ofícios, dos anos de 2014 a 2019. O grupo iniciou em 2013, mas os registros do primeiro ano não foram localizados.

A partir do método da igualdade construído por Rancière (2014), os enunciados contidos nos documentos, nas transcrições das entrevistas e nos diários de campo foram analisados em diálogo com a produção científica, tecendo assim uma narrativa. Orientados por este método buscamos nos documentos, entrevistas e registros das observações articular “nomes, lugares e posições em formas e relações não perceptíveis ainda” (Marques & Prado, 2018, p. 19). Isto quer dizer, construir uma rede a partir das informações produzidas e dos discursos científicos para que se produzam reconfigurações no campo dessas experiências.

Tomando o método da igualdade como proposta metodológica para a análise das informações produzidas na pesquisa, utilizamos como recurso a descrição dos fatos e a evidência de singularidades, a partir do posicionamento horizontalizado do pesquisador. Desta forma, as significações já estabelecidas por meio dos ordenamentos e lógicas classificatórias puderam ser problematizadas, explorando outras redes de significação, colaborando com a compreensão dos modos de atualização dos consensos que ocorrem no plano da desigualdade e afinadas com a verificação da igualdade (Rancière, 2014; Gomes, 2016).

Para a apresentação dos resultados foram construídas três categorias, a partir da emergência das temáticas no campo e do enlace com os enunciados científicos. As três categorias apresentam modos de trabalho intersetoriais, expressões da atividade do grupo de articulação estudado. A primeira categoria analisa as reuniões periódicas do grupo de articulação e o modo como os participantes percebem as demandas do território e constroem encaminhamentos. A segunda e a terceira categoria tratam de duas criações gestadas no grupo de articulação: a feira do parque e a horta comunitária, o modo como foram construídas e suas relações com o território e com o Estado.

Resultados e Discussões

A (re)união do grupo de articulação

A presença no campo de pesquisa se iniciou pela participação nas reuniões do grupo de articulação de um CRAS de Joinville. Os encontros aconteciam mensalmente, toda segunda quarta-feira de cada mês. Iniciaram em 2013 com ofícios convites construídos pela coordenadora do CRAS e líderes comunitários que eram entregues aos serviços governamentais (unidades de saúde, escolas), entidades religiosas, organizações não governamentais, associações de moradores, subprefeituras e afins.

Durante os primeiros anos do grupo de articulação as reuniões aconteciam todas no CRAS, mas o grupo, especialmente a comissão que organiza essa estratégia, foi percebendo que uma das demandas dos próprios serviços, que dificultava os atendimentos aos usuários era o desconhecimento acerca das instituições do território, portanto, decidiram fazer as reuniões itinerantes. Sobre esse assunto, a facilitadora do grupo relata: *“as pessoas não conhecem os equipamentos [...] então a gente decidiu fazer as reuniões descentralizadas, e eu acho que foi um grande ganho pra nós, enquanto grupo, de estar indo nos equipamentos pra poder então conhecer”*.

É possível compreender o modo como as reuniões do grupo de articulação estão orientadas para as demandas do território, e buscam, inclusive com a organização do próprio encontro, trabalhar em resposta a essas demandas. Acerca da estratégia de realizar os encontros de forma itinerante, a facilitadora comenta os benefícios: *“a gente entende o fluxo de trabalho das pessoas e pode encaminhar com mais clareza”*.

Romagnoli e Fadul (2018) afirmam que a intersectorialidade emerge no SUAS não apenas como um princípio, mas como um método que enfrenta a centralização dos serviços e a distância das ofertas com as necessidades reais da população local. Nesse sentido, momentos em que grande parte dos serviços e instituições de um território se encontram periodicamente para identificar problemáticas e planejar possíveis soluções podem contribuir com as finalidades expostas, sobretudo quando recordamos que um dos principais pressupostos para a operacionalização da intersectorialidade é o diálogo entre os diversos setores e a participação popular.

Desde sua criação, o grupo tem como um dos objetivos agregar a maior quantidade de representantes das instituições do território, e direcionar suas discussões e ações a partir das

demandas expressas. A assistente social de um serviço de saúde do território, secretária do grupo de articulação, descreve como acontecem os encontros: “*então a comunidade traz na reunião suas queixas, suas dúvidas, e aí a gente, a comissão, o grupo, quem tá mais a frente, vai em busca de direcionar, e aí a gente faz os ofícios, direciona, conversa, liga, tenta chegar numa resolução, tenta trazer alguma pessoa pra explicar*”. Existe uma comissão que é eleita pelo próprio grupo para produzir os ofícios e encaminhamentos, bem como organizar os registros. A facilitadora (ou facilitador) também é eleita todo início de ano.

Com a observação-participante nas reuniões, também foi possível perceber um modo de organização desses encontros: 1) apresentação dos participantes; 2) apresentação da instituição que recebe a reunião; 3) memória da reunião anterior, com a retomada dos encaminhamentos realizados (ofícios, reuniões com secretarias municipais e afins); 4) palavra para quem solicitou inclusão na pauta; 5) palavra livre para quem não solicitou inclusão, mas deseja levantar um assunto/demanda; 6) encerramento. A pauta é organizada durante a semana que antecede a reunião, pela facilitadora e pela secretária do grupo, e a ata é redigida durante a reunião pela secretária.

A presença em campo e o acesso às atas e aos ofícios do grupo de articulação colaboraram para a compreensão dos fluxos de trabalho do próprio grupo. Uma situação que ajuda a elucidar são das discussões e encaminhamentos referentes a demora na liberação de corpos para o velório. Em uma reunião no ano anterior à entrada em campo de pesquisa um dos participantes relatou que o instituto responsável pela investigação das mortes em Joinville demora muito na liberação dos corpos, e que esse problema interfere na vida das famílias enlutadas. O grupo decidiu por encaminhar um ofício (05/2018) à gerência do instituto, solicitando informações sobre a quantidade de médicos legistas, sobre os fluxos/protocolos de atendimento a comunidade. Sem resposta, no ano seguinte, o grupo resolveu encaminhar um novo ofício (01/2019) com as mesmas solicitações.

O novo ofício foi respondido pelo órgão responsável pela investigação das mortes que acontecem de maneira violenta, ou envolvendo crimes. O documento apontou para a quantidade de servidores na equipe técnica ser pequena, quando comparada a demanda. O grupo deliberou outras ações, como o envio de um ofício para a Secretaria da Saúde, solicitando ampliação da equipe. A resposta desse ofício contou com a descrição do fluxo de trabalho do referido órgão, fato que motivou o grupo a escrever um novo ofício, solicitando a presença de algum representante na reunião. No mês seguinte, a gerência do órgão participou do encontro do grupo, explanando as funções do instituto e apontando para outro serviço do

município que poderia ser responsável pela questão levantada pelo grupo, o serviço que atende as demandas de investigação acerca das mortes com causa desconhecida nos hospitais. O encaminhamento construído pelo grupo foi o envio de ofício para esse serviço.

O serviço respondeu prontamente ao ofício e alguns representantes compareceram à reunião do grupo. Explicaram sobre o fluxo de trabalho e apontaram para o grupo dificuldades com a Central de Funerárias de Joinville, e que lá poderia estar uma das causas da lentidão. O grupo acatou a sugestão e encaminhou ofício à central. A coordenação da Central de Funerárias compareceu e explicou suas atribuições, pontuando que a lentidão relatada pode estar relacionada ao serviço e a carga horária dos profissionais. O grupo determinou que para compreender o que realmente afetava no tempo de liberação precisaria conversar com os três serviços juntos, e iriam encaminhar os ofícios para conseguir essa reunião.

Compartilhamos da perspectiva de Butler (2018) quando afirma que existem vidas que são passíveis de luto e outras não. Isso quer dizer, as condições normativas produzem enquadramento e diferenciam as formas de comoção, nas palavras da autora “apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (Butler, 2018, p. 32). O grupo de articulação tensiona os enquadramentos quando questiona o que está estabelecido pelos serviços, sobretudo acerca das questões que versam sobre a vida e a morte, a liberação de corpos para o velório ou a garantia de que as gestantes conseguirão realizar seus trabalhos de parto com segurança e humanização.

Esse questionamento dos enquadramentos é flagrado quando a coordenação de um órgão policial afirma que depois da morte o Estado pode permanecer com o corpo por quanto tempo precisar, sem a preocupação com a espera da família enlutada, e todo o grupo deseja esclarecimentos acerca da lentidão nos procedimentos de investigação e verificação de óbitos para amenizar o sofrimento das famílias. Ou quando uma moradora do território e participante da rede questiona uma médica em cargo de gestão que trata a questão da mortalidade neonatal na maternidade como um simples dado estatístico, e alguns participantes começam a relatar os sofrimentos pessoais e familiares ocorridos na maternidade municipal.

Em síntese, o grupo dá visibilidade a questões que não são cotidianamente discutidas, mas que causam sofrimento na população local. Uma das características desse grupo, e do modo como articulam as temáticas e encaminhamentos das reuniões, é a persistência. Mesmo diante da dificuldade em obter respostas e da não responsabilização dos referidos serviços envolvidos o grupo não desistiu. Uma das participantes afirmou: “*esse grupo ele tem uma*

característica de voltar aos temas que estavam sendo discutidos, então enquanto aquele assunto não se dá por concluído, não se dá por encaminhado, ele sempre retorna né, nas próximas pautas”.

Essa persistência aponta para a potência do grupo que, diante das precariedades do território, tenta buscar alternativas para amenizar o sofrimento ético-político vivenciado pela população. Sawaia (2012) afirma que o sofrimento ético-político “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior” (p. 104). Nesse sentido, compreende-se que o sofrimento ético-político é uma peça chave para compreender a desigualdade social, sobretudo, a dor vivenciada por quem tem sua história marcada pelas violações de direito e impossibilidades impostas socialmente como, por exemplo, ao acesso à “produção material, cultural e social” (Sawaia, 2012, p. 106).

Diversas questões podem ser percebidas no território estudado como consequências da desigualdade social estabelecida, e são alvo de discussão e encaminhamentos no grupo de articulação. Na medida em que os assuntos são levantados pela população e/ou pelas entidades e serviços presentes no território são construídos encaminhamentos, ofícios, convites aos gestores de outros serviços e secretarias municipais, como a situação descrita acima. Outras questões foram trabalhadas pelo grupo, dentre elas, o acúmulo de lixo em terrenos baldios, o fluxo de atendimento na maternidade municipal, problemas com o esgoto, ocupações irregulares, pavimentação e asfalto, itinerário do transporte público, trânsito e afins. Sobre esse modo de trabalho, um dos participantes afirma: “*nossa função como coletivo é informação e formação*”. Ele acredita que uma das potencialidades das reuniões é o compartilhamento e a construção de conhecimento sobre o território e os serviços presentes nele.

Intersetorialidade, para Inojosa (2001), pode ser definida como uma “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (p. 105). Compreendemos, portanto, que a comunicação entre os atores sociais, viabilizada pela reunião mensal, bem como o debruçar-se sobre as questões complexas levantadas, é pressuposto da construção coletiva de ações que visem o enfrentamento e superação dessas situações.

Uma das participantes relata: “*eu acho que é assim, ah eu estou incomodada com isso, e ai eu levo no coletivo e eu percebo que, na verdade, não sou só eu que estou incomodada*

com aquilo, o coletivo também tá [...] e ai acaba sendo uma demanda coletiva". A reunião constituiu-se como um espaço de comunicação, onde todos os participantes tem direito a palavra.

Para Rancière (1996a) uma comunidade é formada por ações comunicativas, onde os regimes de audibilidade dominantes podem ser questionados. Entende-se que configurações desiguais que organizam os modos de ver, pensar, agir, também determinam quem é ou não ouvido, qual som é audível como palavra, e qual é ruído, inaudível, incompreensível. A partir dessa hierarquia, a comunidade também é dividida, entre quem é capaz de governar e deliberar e quem, supostamente, não é. No acompanhamento às reuniões do grupo de articulação foi possível perceber que naquele espaço todos os participantes podem falar, trazer dúvidas, sugestões, queixas, avisos e que suas expressões são, de fato, ouvidas e transformadas em uma questão de todos, uma inquietação do coletivo.

É nesse espaço de intersetorialidade que o prefixo "inter" assume seu significado de "entre" e operacionaliza a negociação de lógicas entre sujeitos, gestores, secretarias, vozes que consensualmente teriam mais ou menos *status* e que naquela ocasião partilham sentidos. A partir dessa partilha, os sujeitos podem estabelecer relações outras, para além da dominação, servidão, competição, mobilizadas pela desigualdade, como pontua uma das participantes: *"eu acho bacana a diversidade, todo mundo que participa, a gente tem doutores, mestres, pessoas leigas, analfabetas, enfim, acho que é esse público diverso que enriquece"*. Nesse sentido, os participantes do grupo de articulação construíram relações de cooperação e solidariedade, uma vez que não estão pensando nas problemáticas de maneira individual, mas conjecturando sobre como enfrentar as situações complexas coletivamente. É possível perceber na fala de um dos entrevistados, quando questionado sobre a importância do trabalho do grupo de articulação: *"nossas reuniões estão sendo informativas, cada dia é um crescimento. Eu acho que é a entrega das pessoas para o coletivo, não para o bem do umbigo de cada um, mas para o coletivo"* e outra: *"participar de um coletivo é muito melhor do que lutar sozinho"*.

A construção da intersetorialidade não é perpassada somente por questões técnicas e operacionais, mas pelo vínculo que é criado entre os participantes. A psicologia, sobretudo a psicologia social no Brasil, se debruçou sobre as ações coletivas, especialmente as de enfrentamento a desigualdade social. Maheirie (2019) colabora com a definição dessas ações compreendendo que o coletivo possui uma lógica própria que difere da lógica das ações

individuais. Isto quer dizer, o coletivo é constituído pelo “movimento de identificação que o caracterizará na diferença em relação ao que ele não é” (Maheirie, 2019, p. 129).

Nesse sentido, o coletivo inaugura a ideia de um NÓS que “existe como embate político em relação ao ELES” (Maheirie *et al.*, 2012, p. 151), possibilitando a resistência e o enfrentamento à dominação, injustiças, desigualdade. Portanto, as ações coletivas se constituem como “um tipo de fazer que conta com um projeto em comum, em que a sensibilidade pode ser alterada, numa construção que se dá coletivamente, (re)criando e fortalecendo relações” (Arndt & Maheirie, 2017, p. 450).

É possível presumir que a (re)união dos moradores e trabalhadores desse território, o compromisso em discutir as problemáticas, em se comunicar sobre demandas e necessidades dos bairros e encontrar caminhos para resolução de maneira coletiva é um modo de operacionalizar a intersetorialidade. Essa estratégia é potente, pois está ancorada em um princípio de compartilhamento, de construção e manutenção de vínculos, e do reconhecimento da força das ações coletivas.

***“Começamos a descobrir o que a gente podia”*: a feira do parque**

Outro modo de trabalho deste grupo de articulação é a proposição de ações coletivas, em resposta às demandas identificadas. Nesta categoria de análise, vamos refletir o modo como uma ação coletiva, especialmente, pela visibilidade comunitária e com características próprias do lugar de realização, pode ser potencializadora na experiência e nos modos de fazer a articulação comunitária no território e fortalecer a prática intersetorial.

Nas reuniões periódicas do grupo de articulação os participantes criam e planejam ações como possibilidade de enfrentamento e resolução às problemáticas presentes no território. Entre as ações realizadas, é possível citar: “Dia D” com coleta e educação acerca do descarte correto de lixo, abaixo assinado para garantia de melhores condições na infraestrutura e equipe completa na Unidade Básica de Saúde (UBS), requerimentos para mudança no itinerário do transporte público. Mas, gostaríamos de destacar nessa seção uma experiência relatada por todos os entrevistados, e que é planejada mensalmente nas reuniões: a feira do Parque.

No ano de 2014 o Parque foi inaugurado em uma das avenidas principais do bairro que sedia o CRAS. Constituído por áreas verdes, quadra poliesportiva, pista de skate e bicicross,

palco e afins. Em 2016 o grupo de articulação estava discutindo formas de utilizar o parque para incentivar a população local a explorar e ocupar o espaço público. Como relatou uma das responsáveis pela feira: *“desde sempre nas reuniões vinha a fala de que a gente deveria usar os espaços ociosos, principalmente espaço público”*. Os participantes do grupo organizaram em 2016 um evento chamado Festa Cultural e Popular. Em contato com os serviços do bairro, com as secretarias municipais de cultura e lazer, com a universidade, organizaram uma programação que, de acordo com uma das entrevistadas, foi avaliada como *“uma festa maravilhosa”*.

A responsável pela organização do evento afirmou que a partir da experiência com a Festa Cultural e Popular, o grupo de articulação começou a descobrir a sua potência, em mobilizar a população e os serviços para ocupar o espaço público. De acordo com Santos (2013), o território pode ser analisado a partir de seu uso, e é configurado a partir da lógica de um mercado global. As relações mercantis, capitalistas, reguladas pelo dinheiro influenciam no conteúdo do território, uma vez que são constituídas por regulações estranhas ao local. Nesse sentido, as decisões acerca de processos locais acabam sendo submissas a motivações distantes. Os interesses do Estado e do mercado estão sobrepostos ao da população local, ditando o que pode estar em determinado território, o que deve ser feito, e/ou visualizado.

Em contrapartida, Santos (2013) discorre também acerca do espaço banal, compreendido como *“espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas”* (p. 109). Isto quer dizer que, além das relações de poder que operam no território, também existe a disputa, as produções localizadas que questionam os modos hierarquizados de ocupação do território. Nesse aspecto, encontramos semelhanças com o modo como a Festa Cultural e Popular foi planejada e executada, uma vez que a população local também sentia os efeitos dos modos impostos de ocupação do território e buscou organizar algo que fosse criado a partir das suas realidades, desejos e expectativas.

A política de assistência orienta a atuação dos profissionais nos CRAS para que tenham como princípio a territorialização, compreendida como a *“centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento”* (Brasil, 2009, p. 13). Ou seja, compreende-se que o trabalho precisa estar orientado pelas produções localizadas, o que é do território de abrangência, suas potencialidades e vulnerabilidades. Nesse sentido, a articulação intersetorial constitui-se como uma ferramenta para operacionalizar esse princípio, uma vez que para

conhecer o território faz-se necessário mapear as instituições presentes nele e saber como trabalham para promover proteção social para os sujeitos.

A repercussão da ação gerou um convite por parte da Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (SECULT), a realização de uma feira municipal em um dos parques do território. As feiras nos bairros em Joinville são regulamentadas pela SECULT e tem como finalidades a criação e manutenção das feiras, em parceria com as lideranças locais. Além disso, buscam “Estimular a economia criativa, originando nova fonte de renda para artesãos e artistas; Criar momento de convivência para a comunidade local; Divulgar talentos, artistas e artesãos locais por meio da priorização de moradores do bairro” (Joinville, 2019, p. 01).

A feira do Parque acontece todo segundo sábado do mês e foi delineada no grupo de articulação objetivando responder algumas demandas do território. Inicialmente o grupo que fazia artesanato era vinculado à Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) e tinha como objetivo a produção com material reciclado e sustentável. Para a comercialização na feira, se embasaram em outra demanda que era a geração de trabalho e renda. Além do artesanato, também são comercializados alimentos, com a licença da vigilância sanitária.

Em âmbito nacional, encontramos a promoção da inclusão produtiva e a economia solidária como alternativas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome como estratégias para a geração de trabalho e renda e, por consequência, de enfrentamento a pobreza e vulnerabilidades (Brasil, 2007). Em 2008 foi produzido um Guia de Geração de Trabalho e Renda que apontava para a necessidade de conhecer o território para então realizar um planejamento dos projetos que fosse coerente com as demandas e potencialidades reconhecidas (Brasil, 2008).

O desenvolvimento de programas e projetos de geração de trabalho e renda pode ser uma alternativa de fortalecimento dos vínculos, uma vez que são orientadas as iniciativas de trabalho cooperado. Além disso, é uma alternativa de enfrentamento aos ditames capitalistas de produção, pois baseiam-se no auto-emprego, isto quer dizer, em uma forma de produzir onde o trabalhador participa diretamente da atividade produtiva, por meio do controle do seu próprio trabalho (Brasil, 2008). A feira do Parque conta com 10 tendas de artesãos e produtores de alimentos do próprio bairro, e 10 tendas de serviços.

As tendas de serviços são organizadas pelos serviços do território, como as Unidades Básicas de Saúde, CRAS, escolas e CEIS. Tem como proposta levar informações para a comunidade, divulgar os serviços e realizar orientações. A feira também conta com

apresentações culturais e periodicamente possui programação especial, de acordo com o calendário civil, como por exemplo, no feriado do dia das crianças, onde foram ofertados brincadeiras e doces.

A responsável pela feira contou sobre o início “*eu comecei então a buscar vários artesãos da comunidade [...] a feira do Parque iniciou com o modelo socialista, de levar as pessoas para a praça [sem a comercialização de produtos]*”. Em uma das reuniões do grupo ela afirmou que “o modelo atual da feira é capitalista, porque é baseado nas vendas e esse modelo não atende a necessidade da comunidade, pois muitos não vão para a feira para comprar, por não ter dinheiro para consumir artesanatos” (Diário de Campo - 11/09/2019). Apesar da oportunidade de geração de trabalho e renda que o comércio na feira pode gerar, ela ressaltou a importância de pensar outro modelo para a feira em 2020.

Retomando a discussão de Santos (2013) é possível compreender que no espaço banal “cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local” (p. 109). A feira do Parque é construída como uma estratégia coletiva com o objetivo de ocupar o espaço público, atendendo as demandas da população local. Essa estratégia não está pronta/acabada, uma vez que foi criada em resposta a algumas problemáticas, mas o território é dinâmico e as demandas se transformam, exigindo que algumas questões sejam avaliadas e repensadas.

Faz-se necessário refletir acerca da intervenção do Estado, a partir do incentivo da SECULT à transformação da Festa Cultural e Popular em Feira do Parque. A primeira iniciativa popular de ocupação do Parque foi a Festa Cultural e Popular, organizada por eles, sem normas estabelecidas por um órgão ou instância de fora do referido território, com o objetivo de confraternizar e ofertar opções de acesso à cultura, lazer, gastronomia. Com a transformação da Festa em Feira do Parque, a ação ganhou periodicidade, pois passou a acontecer todo mês, mas regulada por alguns critérios estabelecidos fora do território, pela própria SECULT, como por exemplo, a obrigatoriedade de ter, no mínimo, 10 feirantes comercializando produtos.

As relações estabelecidas entre o Estado e o grupo que organizou a feira evidenciaram o modo como a realidade está configurada. Rancière (1996a) aponta que, para compreender os arranjos da partilha do sensível, faz-se necessário analisar a partir de dois operadores: a polícia e a política. A ordem policial é definida por Rancière (1996a) como:

Uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (p. 42).

Compreende-se, portanto, que as configurações ordenadas pela ordem policial são hierarquizadas, hegemônicas e marcadas por posições identitárias. Isto quer dizer, a lógica policial é mantenedora dos consensos que naturalizam a desigualdade, ditando o que deve ser visto, ouvido, sentido. Pode ser entendida como uma forma de governança que mantém as relações de poder como, no contexto dessa pesquisa, quem pode ou não pode ocupar um espaço público, quais ações são autorizadas e incentivadas nesses espaços.

A política rompe com essa lógica, por meio dos dissensos, na medida em que sua ocorrência “rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela” (Rancière, 1996a, p. 42). Por atualizar o princípio da igualdade, a atividade política questiona as partilhas desigualitárias, pois “desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (Rancière, 1996a, p. 42).

As reconfigurações viabilizadas pela política deslegitimam a ordem consensual, acusam um dano, perturbam a configuração que determina os lugares e possibilidades a partir da lógica da dominação e exercício do poder. Entretanto, apesar da política estar fundada em um princípio ontológico da igualdade de “qualquer ser falante com qualquer outro ser falante” (Rancière, 1996b, p. 372), ela é rara, não só por que acontece em momento de insurreição e logo tudo volta à mera apatia, mas pelo fato de que sempre há relações de poder (Rancière, 2009).

Polícia e política são, portanto, dois polos contraditos, compreendidos a partir de um raciocínio dialético que colabora para a construção da hipótese: resta-nos um conflito sempiterno. A racionalidade policial é alimentada pelas lógicas hegemônicas, mas passível de questionamento com as rupturas proporcionadas pelas verificações da igualdade, operadas politicamente. Logo, a ordem policial se reestabelece e exerce governança sobre as possibilidades que questionam a sua manutenção.

Quando os moradores do território estudado questionaram o modo como um espaço público é utilizado, problematizaram quais sujeitos tem legitimidade para ocupar determinado

espaço, o que pode ser visto ou ouvido e criaram possibilidades para romper com o que estava determinado, construindo coletivamente uma festa popular. Nesse evento, sem o interesse de comercialização, mas com o objetivo de compartilhamento, quem tinha e quem não tinha méritos e propriedades poderiam acessar as mesmas opções gastronômicas, culturais, esportivas, além de compartilhar o mesmo espaço geográfico. As configurações desiguais foram tensionadas e, em seguida, o Estado providenciou formas de ordenar a iniciativa a partir da lógica policial, enquadrando o evento em uma categoria pré-existente entre as ações do município, as feiras nos bairros.

Problematizar a Feira do Parque não desqualifica a potência do grupo na criação do evento, apenas desvelam as lógicas de normatização e gestão dos espaços comunitários pelo poder público. A Feira, mesmo com dissonâncias da proposta inicial, se apresentava como um espaço de expressão artística, cultural e esportiva, de construção de outros possíveis como a geração de trabalho e renda. Sobre as potencialidades desses encontros, a coordenadora do CRAS conta: *“começamos uma feira, a primeira foi simplesmente maravilhosa, porque a gente conseguiu quase todos os equipamentos públicos para estarem presentes, para divulgar o serviço e também fazer com que o parque seja melhor utilizado”*. A presidente da associação de moradores do bairro afirma: *“temos uma feira aqui no bairro que foi feita graças à união dos moradores do próprio bairro”*.

Podemos situar a feira do bairro como um espaço de encontro e produção de outras lógicas, consonante com o conceito de ações coletivas que, de acordo com Sawaia (2014), podem potencializar e fortalecer o sentimento do comum, fator que favorece o desbloqueio do “sentimento que transforma cada indivíduo solitário em parte de um todo maior” (p. 11). Para Maheirie (2019) a lógica da coletividade é edificada a partir da ideia de um NÓS, “uma ideia própria, que se define pela diferença e/ou pelo antagonismo em relação a um ELES” (Maheirie, 2019, p. 129). Nesse sentido, a identificação dos participantes, a construção de um NÓS, mobiliza um projeto em comum, fortalece as relações e viabiliza a união das forças na construção de enfrentamento as problemáticas sociais.

Vale ressaltar que, pela união e solidariedade vivenciadas nesse coletivo, a desigualdade volta a ser flagrada e questionada, na medida em que se discute na reunião do grupo de articulação outros modos de organizar a feira em 2020, para além da estratégia de comercialização. O argumento explanado na reunião de que os próprios artesãos participantes das feiras com o objetivo de comercializar seus produtos estão questionando a permanência, pois perceberam que o espaço não é propício para o comércio. Essa contradição aponta para a

denúncia: existe uma parte não contada, os que frequentam a feira do próprio bairro e não possuem condições financeiras de adquirir os produtos vendidos.

Indiciariamente, o questionamento acerca do modelo da feira aponta vestígios de emancipação. Existe uma tensão com o Estado, um conflito de forças entre o que é característico do território e o modo de organização e intervenção do Estado, principalmente em territórios marcados pela vulnerabilidade social. Este modo de trabalho intersetorial, a construção de ações coletivas, se realiza na relação com o território, com a participação da comunidade, de pessoas que não compõem o grupo de articulação, mas podem vivenciar seus efeitos no território.

A horta comunitária

Uma das demandas mais expressivas desse território, que aparece em todas as reuniões do grupo está relacionada ao descarte incorreto e acúmulo de lixo em terrenos baldios e nas ruas. Diversas alternativas foram pensadas para trabalhar essa questão: cartazes informativos, dia de mobilização e coleta de lixo nas ruas, limpeza periódica dos terrenos baldios feita pela prefeitura, incentivo à produção de artesanato com materiais reciclados. A coordenadora do CRAS afirma: *“a questão do lixo é uma reclamação de todos, dá até uma angustia de falar, a gente vem trazendo há bastante tempo, já fizemos até campanha nas ruas”*. Além disso, ela relata que a prática de “carroceiros” colabora para o acúmulo de lixo, pois os moradores pagam para que os carroceiros busquem o descarte de objetos grandes, como móveis e eletrodomésticos, e esses são deixados nos terrenos.

Mobilizado por essa problemática, um morador do território criou um projeto de Hortas Comunitárias, com o objetivo de utilizar os terrenos baldios que pertencem a prefeitura para incentivar o cultivo de hortaliças. Iniciou o projeto pelo terreno ao lado da UBS do território. Ele conta que gosta de trabalhar com iniciativas sustentáveis, com compostagem de resíduos orgânicos e, por esse motivo, decidiu pesquisar e planejar a montagem da horta. Quando foi realizar os encaminhamentos para poder utilizar o terreno público, a secretaria responsável por essa demanda informou que o terreno deveria ser solicitado via associação.

Não é a primeira vez que o território tem uma iniciativa de criação de horta comunitária. Uma das participantes afirma que: *“a Associação de Moradores tentou implantar uma horta comunitária, por falta de entendimento do caminho, quem sabe, houve*

até uma punição no passado. Agora a prefeitura encaminhou o T. para o grupo de articulação e no grupo quem fez a parceira foi a associação de moradores". O responsável atual pela horta pontua que no grupo de articulação além de conseguir um suporte da associação de moradores, também alcançou uma "*adesão maior*", transformando uma iniciativa sua em um projeto comunitário. Ele idealizou a horta a partir das suas experiências com compostagem na própria casa e ensino sobre composteiras em CEIs do território. Ele é conhecido no bairro por essas iniciativas sustentáveis e conseguiu articular para que seu projeto se tornasse comunitário e ocupasse um espaço público.

Para colocar em prática o projeto, fez-se necessária a cooperação entre os interessados em plantar no terreno, o grupo de articulação e a associação de moradores que foram parceiros e colaboraram nos encaminhamentos, à Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente de Joinville por possuir maquinários para preparar a terra, à subprefeitura que limpou e cercou o terreno, de fato, diversos setores para a implantação. Atualmente, a horta envolve 37 famílias, divididas por canteiros. Cada família escolheu o canteiro que gostaria e tinha condições de manter, e algumas estão na lista de espera, aguardando a próxima horta para terem seus canteiros.

O responsável pela horta afirma que "*boa parte do pessoal que frequenta a horta são aposentados, mas tem gente de 16 a 75 anos, pessoas e famílias mais jovens também tem seus canteiros*", apontando para o interesse de várias gerações em plantar e colher as hortaliças, fato que constituiu a horta como um ambiente de convivência intergeracional. Além disso, também se percebem estratégias para o envelhecimento saudável da população local: "*esse bairro tem 30 anos e as pessoas quando compraram essas casas elas eram novas, agora elas estão na fase de ir se aposentando. Essa é a hora perfeita de implantar uma horta, o pessoal vai ter uma ocupação*".

Acompanhamos no Brasil o envelhecimento populacional recente, esse processo exige que o país desenvolva políticas públicas de atenção aos idosos. Internacionalmente, a Organização Mundial da Saúde pontuou algumas questões que perpassam o debate acerca do envelhecimento: manutenção da independência e vida ativa, fortalecimento da prevenção e promoção à saúde e melhorar a qualidade de vida (Veras & Oliveira, 2018).

Dutra e Sanchez (2015) discorrendo acerca das políticas de saúde de atenção aos idosos apontaram que as ações intersetoriais são necessárias para conhecer a realidade dos idosos e também para agir de maneira mais assertiva na promoção da saúde. Cabe ao Estado a atenção aos idosos, a criação de programas e projetos afinados com as problemáticas desse

grupo etário em cada território. Percebemos que a horta comunitária, iniciativa da sociedade civil, colabora para o alcance de alguns desses objetivos relacionados ao desenvolvimento humano.

Além dos diversos setores envolvidos na concepção e materialização do projeto, a horta recebe crianças dos CEIS, grupos da UBS, e está no planejamento do Restaurante Popular enviar os resíduos orgânicos para a composteira da horta. A horta foi construída para se auto sustentar, portanto, além dos canteiros de hortaliças tem um galinheiro, e uma composteira, onde são misturados os dejetos das galinhas com os resíduos orgânicos e um tanque onde é armazenada a água da chuva, utilizada para regar as plantações.

Gallo, Martins e Peres (2005) afirmam que as hortas comunitárias podem contribuir para a execução relacionadas a política de segurança alimentar e nutricional, pois promovem ações educacionais nos contextos ambientais, alimentares e comportamentais. As hortas comunitárias se apresentam como uma possibilidade de questionar os métodos de produção, distribuição e consumo de alimentos, pautados consensualmente na produtividade e no lucro. Além disso, colaboram para a criação de vínculos afetivos e solidários entre os envolvidos no projeto.

A motivação inicial foi a demanda relacionada ao acúmulo de lixo, mas, atualmente, esse projeto comunitário responde outras questões do território como a criação e manutenção de vínculos: *“vizinhos que nunca se falaram durante 30 anos criaram uma amizade aqui na horta, gente que mal se cumprimentava na rua, hoje estão contando piadas juntos. Isso faz uma diferença enorme”*. Vale lembrar de um dos objetivos dos CRAS, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a ampliação do acesso aos direitos e cidadania (Brasil, 2009).

A horta comunitária colabora para o alcance desses objetivos, pois, a partir da instituição de um projeto comum, o cultivo de hortaliças, os participantes se encontram, trocam informações e produtos. Além disso, com o quadro de insegurança alimentar vigente no país, por consequência de o acesso ao alimento estar “determinado pelas leis do mercado”, a nutrição é apontada “como um direito humano” (Gallo, Martins & Peres, 2005, p. 44).

As proposições da horta comunitárias surgem a partir das demandas territoriais, portanto, no que tange a comercialização das hortaliças produzidas, atualmente os responsáveis pelos canteiros podem escolher os sistemas comerciais que desejam praticar: 1) doação; 2) permuta; 3) comércio, os interessados entram em contato para realizar as referidas ações, pois cada canteiro possui uma placa que indica qual o sistema comercial escolhido e o contato telefônico. O responsável pela horta deseja ampliar as ações de comércio, instituindo

uma feira periódica só de produtos orgânicos, com a possibilidade de pessoas que não frequentam a horta também terem acesso às vendas, fortalecendo a dimensão da geração de trabalho e renda.

Diante disso, percebe-se que não é possível categorizar essa ação, a horta comunitária, como projeto de um segmento, setor ou política. Ao mesmo tempo em que se relaciona com a assistência social, também promove saúde, educação ambiental, segurança alimentar e outros desdobramentos que não são possíveis de mensurar. Parece que existe uma (con) fusão entre as secretarias e os objetivos. Confusão porque não é possível nomear ou identificar a qual setor essa ação pertence e fusão pois, para que aconteça, a horta, demanda planejamento e produz resultados consonantes com os objetivos dos diversos setores envolvidos.

Monnerat e Souza (2011, p. 42) definem intersectorialidade como: “construção de interfaces entre setores e instituições governamentais (e não governamentais), visando o enfrentamento de problemas sociais complexos que ultrapassem a alçada de um só setor de governo ou área de política pública”. Nesse sentido, entendemos a horta comunitária como uma proposta intersectorial, contínua, que se retroalimenta das problemáticas do território e qualifica suas ações, a partir do trabalho integrado das instituições do território e dos moradores.

Acompanhamos nesse projeto uma ação que se assemelha a intersecção, pois transcende uma simples troca de ou soma de conhecimentos, indicando um movimento conjunto e articulado, que só é viabilizado pelo movimento dialógico entre os diversos setores envolvidos e a sociedade civil. Por meio da criação de elos, vínculos, o grupo de articulação colabora para o enfrentamento dos problemas sociais complexos presentes nesse território, além de alcançar objetivos das políticas setoriais, pois, entende-se que a articulação intersectorial não dissolve os setores, mas contribui para o planejamento das ações e alcance das finalidades (Prisco, 2012).

Junqueira (2004, p. 27) a respeito da concretização das ações intersectoriais, afirma que incorporam “não apenas a compreensão compartilhada sobre finalidades, objetivos, ações e indicadores de cada programa ou projeto, mas práticas sociais articuladas que acarretem um impacto na qualidade de vida da população”. Visualiza-se uma das potencialidades da horta comunitária, de mobilizar e agregar práticas sociais, pois, de acordo com um dos participantes “*com o projeto coletivo as pessoas interagem junto, criam junto, é assim que se cria relacionamento, fazendo coisas juntos*”.

Compreendemos que a horta comunitária, assim como outras ações mediadas e realizadas pelo grupo de articulação, se apresenta como uma prática coletiva e criativa, construída a partir das problemáticas locais. Entendemos o quanto a desigualdade e as vulnerabilidades sociais são complexas e exigem das políticas públicas e da sociedade civil ações propositivas, que contemplem de maneira integrada as dimensões que compõem o social e a vida dos sujeitos.

Considerações finais

Discutimos três expressões de possibilidade, três formas de compreender os diversos modos de articulação comunitária. As reuniões do grupo de articulação, discutidas na primeira categoria, apresentam uma forma de posicionamento da população no relacionamento com o Estado. A partir do conhecimento das demandas do território, o grupo de articulação fomentado pelo CRAS consegue observar a atuação das secretarias e serviços municipais, buscar esclarecimentos e lutar por melhorias.

A segunda seção traz a discussão acerca da feira do parque como outra forma de trabalho intersetorial deste território. A partir das reuniões, os participantes conseguem propor e planejar ações que sejam coerentes com as questões do território. Na feira se desenvolve um senso de pertença e valorização das produções locais, uma vez que é organizada pelo grupo, mas tem como público alvo todos os moradores da região.

Na horta comunitária acompanhamos uma ação que encontrou apoio e foi viabilizada pelo grupo de articulação. A horta é uma realização da comunidade, que tem a presença do Estado, sobretudo pela sua localização estar em um terreno municipal, mas que consegue ter autonomia nas decisões, gerência e planejamento. A horta é uma ação permanente, que se mantém com o envolvimento da população e também com as demandas territoriais.

Retomando o objetivo do trabalho, de pesquisar os modos de trabalho intersetorial que são desenvolvidos em um CRAS no município, consideramos que este estudo possibilitou o conhecimento acerca do trabalho intersetorial que foi desenvolvido em um território, suas modalidades, expressões e desafios. Cabe às investigações futuras compreender como as iniciativas comunitárias podem tensionar o relacionamento com o Estado. Isto quer dizer, como esses grupos articulados podem problematizar os ditames do Estado, a fim de se afastarem do lugar de executores das ações estatais e fortalecerem sua autonomia para construir ações afinadas com as demandas territoriais.

Os encontros mobilizados pelo grupo de articulação compõem a construção do comum no contexto estudado, produzem afetos de alegria, fortalecem os vínculos e a solidariedade. Essa experiência carrega a singularidade das relações que a constituem e, portanto, não poderia ser replicada ou copiada. Mas, é importante lembrar que existem milhares de CRAS implantados no Brasil, cada um presente em um território com suas características e demandas, que podem promover a articulação intersetorial e comunitária, inspirando a participação social em instâncias locais, que produzam movimento em prol da transformação social em um contexto macropolítico.

Referências

Arndt, A. D. & Maheirie, K. (2017). A música como mediadora de encontros em um CRAS. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 12(2), 439-452.

Brasil. (2007). *Portaria n. 225, de 25 jun. 2007*. Brasília: MDS.

Brasil. (2008). *Guia de geração de trabalho e renda: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda*. Brasília: Fundação Banco do Brasil; São Paulo, SP: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes.

Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Brasília: MDS.

Brasil. (2012). *Norma Operacional Básica do SUAS*. Brasília: MDS.

Butler, J. (2018). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Dutra, C. E. S. V.; Sanchez, H. F. (2015). Organização da atenção à saúde bucal prestada ao idoso nas equipes de saúde bucal da Estratégia Saúde da Família. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 18(1), 179-188.

Freitas, M. & Pereira, E. R. (2018). O diário de campo e suas possibilidades. *Quaderns de psicologia*, 20(3), 235-244.

Gallo, Z.; Martins, L. A. T. P.; Peres, M. T. M. (2005). Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba. *Revista da FAE*, 8(1), 39-50.

Gomes, A. H. (2016). *Mediação audiovisual e atividade imagética: Um encontro com trabalhadoras no campo da desigualdade social*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Gomes, A. H.; Andrade, L.; Maheirie, K. (2017). A experiência de ser trabalhador na Assistência Social: imagens de vidas implicadas com o campo da desigualdade social. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 12(3), 1-18.
- Joinville. (2019). *Regulamento das feiras nos bairros*. Joinville: Secretaria de Turismo e Cultura.
- Junqueira, L. A. P. (2004). A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, 13(1), 25-36.
- Inojosa, R. M. (2001). Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento com intersetorialidade. *Cadernos FUNDAP*, 22, 102-110.
- Maheirie, K. (2019). Grupos e ações coletivas como objetos de análise e foco nas intervenções psicossociais. In: Costa, F. A. & Mesquita, M. R. (Org.). *Psicologia política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos*. Maceió: Edufal, v. 1, 123-142.
- Maheirie, K. et al. (2012). Coletivos e Relações Estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In: Castro, L. R., Mayorga, C. & Prado, M. A. (Org.). *Juventude e a experiência do político no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, v. 1, 143-167.
- Marques, A. C. S. & Prado, M. A. M. (2018). O método da igualdade em Jacques Rancière: entre a política da experiência e a poética do conhecimento. *Revista Mídia e Cotidiano*, 12(3), 7-32.
- Minayo, M. C. S. (2015). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34 ed. Petrópolis: Vozes.
- Monnerat, G. L.; Souza, R. G. (2011). Da seguridade social à intersetorialidade: Reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Revista Katályses*, 14(1), 41-49.
- Prisco, T. (2012). Assistência social: a política pública (inter)setorial. *Revista Gestão & Políticas Públicas*. São Paulo, 2(1), 134-149.
- Rancière, J. (1996a). *O desentendimento: Política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (1996b). O dissenso. In: Novaes, A. *Crise da Razão*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível: Estética e política*. Tradução de Monica Costa Netto. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2014). *El Método de la Igualdad: conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Rancière, J. (2015). *O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Tradução de Lílian do Valle. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Romagnoli, R. C.; Fadul, F. M. (2018) Apontamentos acerca da intersectorialidade no SUAS. In: Cordeiro, M. P.; Svartman, B.; Souza, L. V. (2018). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia, p. 81-95.

Santos, M. (2013). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Records.

Sawaia, B. B. (2012). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sawaia, B. B. (2014). Transformação social: um objetivo pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 26 (esp.), 4-17.

Veras, R. P.; Oliveira, M. (2018). Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), p. 1929-1936.

Zago, N. (2003). A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In: Zago, N. Et al. *Perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei a pesquisa com o objetivo principal de investigar o trabalho intersetorial que é desenvolvido em um CRAS do município de Joinville. Escolhi um grupo de articulação constituído a partir da mediação do CRAS, com uma trajetória de encontros periódicos há pouco mais de seis anos. A partir de observações-participantes, entrevistas semi-estruturadas, acesso a documentos produzidos pelo grupo, pude alcançar não só o objetivo descrito como principal, mas também os específicos de descrever o processo de constituição do trabalho intersetorial em um CRAS e identificar os aspectos que favorecem e que dificultam o processo de constituição do trabalho intersetorial neste equipamento. A apresentação dos resultados foi feita por meio de artigos, que discutiram questões emergentes do campo de pesquisa.

Durante o processo de investigação foi possível perceber a necessidade de estudos acerca da intersetorialidade, suas definições e desdobramentos práticos, especialmente relacionados a política de assistência social, seus objetivos e serviços. Faço essa afirmação, pois grande parte dos estudos publicados e localizados na revisão de literatura acerca dessa temática está relacionado à política de saúde. As investigações sobre a política de assistência social aumentaram em volume nos últimos anos, mas as temáticas versam, na sua maioria, sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Faz-se necessário pesquisar e publicar sobre a gestão da proteção social básica no território, função do CRAS, e construção de ações comunitárias e coletivas, que podem ser viabilizadas por meio do trabalho intersetorial.

O trabalho intersetorial realizado no CRAS estudado se mostrou potente, especialmente pelo modo de trabalho construído pelo grupo de articulação. O princípio da territorialização, central da política de assistência, se faz presente na construção das ações do grupo, pois o modo de trabalho desse coletivo é marcado pelo planejamento de ações em resposta às demandas levantadas no território. Além disso, o fato de realizar ações em diferentes lugares do território colabora para o conhecimento das especificidades locais, conforme apontamentos do segundo artigo desse trabalho.

Vale lembrar que a história de lutas e reivindicações do território e seus moradores, evidenciadas no primeiro artigo dessa dissertação, é uma peça fundamental para compreender a forma de trabalho do grupo, o modo como os participantes se implicam com as discussões e problemáticas da comunidade. Porém, esse passado recente de participação social mediado

pela associação de moradores também produziu uma das dificuldades no início do trabalho: a desconfiança acerca das influências de partidos políticos. Nesse ponto, é possível verificar outra potente atuação do CRAS, a mediação técnica nas discussões e encaminhamentos, para que de fato a construção fosse orientada para a garantia de direitos através do diálogo com o Estado e se afastasse da herança clientelista presente no associativismo comunitário.

Romper com a lógica clientelista é um dos objetivos da política de assistência social, pautado na concepção da assistência como um direito constitucional, portanto, é possível constatar que o grupo de articulação também contribuiu para o alcance de objetivos do próprio CRAS, qualificando o trabalho do equipamento. Outras oportunidades de identificar o modo como o grupo colabora para a operacionalização da política de assistência podem ser observadas, do trabalho a partir da territorialização, na geração de trabalho e renda, atenção ao envelhecimento populacional, construção e fortalecimento de vínculos comunitários, bem como no fortalecimento da aprendizagem democrática e participação social.

A pesquisa construída com diversas estratégias para a produção de informações, observação participante, entrevista semi-estruturada e acesso a documentos pode contribuir para a imersão no território, nos seus fazeres e na sua história. A perspectiva sócio-histórica em diálogo com conceitos de Jacques Rancière colaborou teórica e metodologicamente nas análises, e se apresenta como uma possibilidade de compreensão crítica e contextualizada, pertinente com as problemáticas socioassistenciais. A aposta nos processos de criação, na potência dos sujeitos e práticas sociais e na igualdade dos seres humanos perpassou todo o caminho dessa pesquisa. A análise a partir do método da igualdade, pautada na horizontalidade dos discursos inspira a pensar e criar formas de resistência ao estatuto da desigualdade que orienta as relações sociais e o sensível. Esse aporte teórico-metodológico viabilizou a problematização e enfrentamento das vulnerabilidades e das configurações hegemônicas que perpetuam a desigualdade social.

O trabalho de análise e escrita da dissertação é limitado, e a experiência de pesquisa no campo, intensa. Muitas informações foram produzidas, demais questões que poderiam ser aprofundadas, indicando/apontando possibilidades para futuras análises. Dentre as inúmeras temáticas que poderiam dar origem a outras reflexões, podem ser citadas: a relação do grupo de articulação e suas ações com o Estado, os processos criativos dos participantes, os efeitos das ações comunitárias e coletivas no território. As experiências de articulação intersetorial em outros CRAS também poderiam ser foco de outros estudos sobre essa temática, uma vez

que cada CRAS mobiliza essa função a partir das características do território onde está inserido.

Por fim, em tempos de redução de investimento nas políticas públicas e sucateamento dos serviços, cabe a nós, pesquisadoras e pesquisadores, investigar, aprender e visibilizar práticas de construção coletiva que se constituem como possibilidade de enfrentamento a individualização, aos ditames capitalistas, as desigualdades e vulnerabilidades. Pesquisar a potência do trabalho mobilizado por um CRAS e seus desdobramentos em um território, diante da atual conjuntura brasileira, confronta discursos que deslegitimam a importância da proposição de políticas públicas, e da responsabilidade do Estado, em resposta às demandas da população.

REFERÊNCIAS

- Andrade, L., Braga, G. C., Souza, J. A. & Gomes, A. H. (2017). Percursos e experiências da psicologia no sistema único de assistência social em Joinville/SC. *Revista de Ciências Humanas*, 51(1), 230-248.
- A notícia. (1987, 20 dez.). *Conjunto ficará pronto em março*, Joinville.
- A notícia. (2017, 04 jul.). *Saiba quais bairros registraram maior número de homicídios em 2017*. Joinville.
- Azevedo, S. (1988). Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de administração pública*, 22(4), 107-109.
- Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Brasília: MDS.
- Brasil. (2012). *Norma Operacional Básica do SUAS*. Brasília: MDS.
- Campos, R. H. F. (2010). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Coelho, I. & Sossai, F. C. (2014). História oral, cidade e lazer no tempo presente. *História Oral*, 17, 7-37.
- Costa, L. C. (2019). A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais – de Temer a Bolsonaro. In: Fundação Perseu Abramo, *Brasil: Incertezas e Submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Diehl, R., Maraschin, C. & Tittoni, J. (2006). Ferramentas para uma psicologia social. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 407-415.
- Freitas, M. F. Q. (2015). Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 10(2), 242-253.
- Freitas, M. & Pereira, E. R. (2018). O diário de campo e suas possibilidades. *Quaderns de psicologia*, 20(3), 235-244.
- Gomes, A. H. (2016). *Mediação audiovisual e atividade imagética: Um encontro com trabalhadoras no campo da desigualdade social*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Gomes, A. H.; Andrade, L.; Maheirie, K. (2017). A experiência de ser trabalhador na Assistência Social: imagens de vidas implicadas com o campo da desigualdade social. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 12(3), 1-18.

Joinville. (2017). *Joinville bairro a bairro 2017*. Joinville: Secretaria de planejamento urbano e desenvolvimento sustentável.

Marques, A. C. S. & Prado, M. A. M. (2018). *Diálogos e dissidências: M. Foucault e J. Rancière*. Curitiba: Appris.

Minayo, M. C. S. (2015). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34 ed. Petrópolis: Vozes.

Nascimento, P. F. & Melazzo, E. S. (2013). Território: conceito estratégico na assistência social. *Serviço Social em Revista*, 16(1), 66-88.

Oliveira, I. F. & Costa, A. L. (2018). Psicologia e política social: história e debate. In: Cordeiro, M. P., Svartman, B. & Souza, L. V. *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia.

Piana, M. C. (2009). *As políticas sociais no contexto brasileiro, natureza e desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP.

Rancière, J. (1988). *A Noite dos Proletários: arquivos do sonho operário*. Trad. Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras.

Rancière, J. (2015). *O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Tradução de Lílian do Valle. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Santos, M., Souza, M. A. & Silveira, M. L. (1998). *Território: globalização e territorialização*. São Paulo: Hucitec.

Sawaia, B. B. (2014). Transformação social: um objetivo pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 26 (esp.), 4-17.

Souza, F. C. A. (2007). *A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: desamontoando conchas e evidenciando memórias*. 120 f. Dissertação (mestrado) - Curso de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20(esp), 70-77.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42.

Sposati, A. (2011). Tendências Latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katálisis*, 8(1), 104-115.

Veridiano, A.; Andrade, L. & Gomes, A. H. (2017). Práticas intersetoriais na atenção às pessoas em situação de rua: uma atuação entre “saúde” e “assistência social”. *Revista Visão: gestão organizacional*, 6(2), 155-166.

Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.

Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(esp.), 9-24.

Zago, N. (2003). A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In: Zago, N. Et al. *Perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A.

Zanella, A. V. et al. (2007). Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 25-33.

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que concordamos com os itens citados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos de pesquisa participantes de nossa empresa. Assim, autorizamos Letícia de Andrade, mestrande em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina a realizar a pesquisa com o título: Intersetorialidade, CRAS e gestão da proteção social básica no território.

Cumpriremos o que determina a Resolução 466/12 – CONEP/MS e contribuiremos com a pesquisa mencionada sempre que necessário, fornecendo informações.

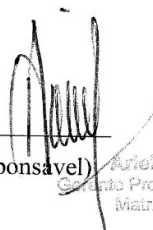
Sabemos que nossa empresa poderá a qualquer fase dessa pesquisa retirar esse consentimento. Também foi, pela pesquisadora acima mencionada, garantido o sigilo e assegurado a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, de forma totalmente anônima.

Colocamo-nos a disposição para qualquer dúvida que se faça necessária.

Atenciosamente,

(assinatura e carimbo de responsável)



Ariel Vieira
Gerente Prot. Soc. Básica
Matr. 48521

Joinville, 07 de Março de 2019.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS (ENTREVISTA)

Você reside no território onde trabalha? Há quanto tempo?

Como você começou a trabalhar neste serviço?

Há quanto tempo você trabalha nesta instituição?

O que você acha do seu trabalho?

Desde quando você participa da rede de articulação intersetorial?

O que é intersetorialidade para você?

O que caracteriza o trabalho intersetorial neste território?

O que favorece o trabalho intersetorial neste território?

O que dificulta o trabalho intersetorial neste território?

Quais ações já foram pensadas/criadas intersetorialmente?

Como é a relação com a equipe deste território?

Quais os desafios do trabalho intersetorial?

Como são as reuniões intersetoriais?

O que é mais significativo para você neste trabalho? (quais conquistas, avanços, etc.)

Qual a importância do trabalho comunitário para este bairro?

Qual o significado deste trabalho para você?

Nome: _____

Idade: _____

Serviço em que atua: _____

Área de formação: _____

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Participante)**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **Intersetorialidade, CRAS e gestão da proteção social básica no território**. Esta pesquisa está associada ao projeto de mestrado de **Letícia de Andrade**, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da Prof.^a Dr.^a **Kátia Maheirie**.

A) A pesquisa tem como objetivo investigar o trabalho intersetorial que é desenvolvido nos CRAS do município de Joinville - SC. Pretendemos, com esta pesquisa, contribuir nas discussões acerca das políticas públicas, sobre o trabalho intersetorial realizado na proteção social básica da assistência social, bem como identificar os aspectos que favorecem e dificultam este trabalho. Além disso, a pesquisa contribuirá nos esforços realizados pelo campo da Psicologia em produzir conhecimento científico para a qualificação de profissionais da Psicologia a compreenderem os efeitos da desigualdade e as possibilidades de atuação com sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

B) Sua participação na pesquisa será por meio de:

B.1) Participação em entrevistas individuais com a pesquisadora em que você responderá a perguntas sobre sua relação com a articulação intersetorial mobilizada pelo CRAS do seu território, sua participação em entidades que ofertam serviços que contribuem para a construção de uma rede de proteção social nos territórios de Joinville – SC. Por serem realizadas durante encontros com a pesquisadora, a depender das condições, as entrevistas

poderão ser gravadas ou anotadas em um diário de campo pela pesquisadora. A participação nas entrevistas dependerá da possibilidade de agendamento entre participante e pesquisadora.

C) A pesquisa foi organizada para não gerar nenhum tipo de desconforto ou constrangimento aos participantes. Não são previstos nenhum tipo de riscos a que os participantes possam estar sujeitos. Porém, possíveis alterações emocionais provocadas pela evocação de memórias pessoais e/ou coletivas dos participantes; modificações na visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função das reflexões sobre a desigualdade social, vulnerabilidade social e seus desdobramentos na cidade de Joinville/SC. Entretanto, caso surjam essas situações adversas no decorrer da pesquisa, você será acompanhado(a), inicialmente pela pesquisadora Leticia de Andrade, que lhe prestará toda a assistência necessária ou acionará serviços competentes para o atendimento específico de sua demanda. Sinta-se à vontade para procurar a pesquisadora a qualquer momento caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos, entrando em contato por telefones ou e-mails disponibilizados no fim deste documento.

E, no que diz respeito aos benefícios da pesquisa, podemos sinalizar alguns, tais como: este estudo contribuirá para o debate das questões de trabalho intersetorial nos territórios dos CRAS em Joinville – SC e participação da comunidade na construção de redes de proteção social.

D) Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e a qualquer momento. Você também é livre para recusar-se a participar, retirar o seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou prejuízo.

E) Os dados produzidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Comporão esses dados: as transcrições das entrevistas que serão realizadas durante os encontros com a pesquisadora e as anotações feitas pela pesquisadora em seus diários de campo.

F) O sigilo sobre sua identidade, se assim o desejar, será mantido e garantido pela pesquisadora. A opção pela manutenção do sigilo, com indicação ou não de um pseudônimo, ou sua identificação, deverá ser assinalada abaixo, em campo específico. Essa decisão poderá ser tomada e/ou alterada a qualquer momento pelo participante, sem quaisquer prejuízos à sua participação na pesquisa, mediante comunicação a uma das pesquisadoras. Sua escolha será respeitada e seguida pelas pesquisadoras que procederão resguardando sua identidade, caso seja essa sua escolha, em todas as informações produzidas, sendo que em nenhum momento, nem em materiais publicados ou na apresentação oral desta pesquisa, ela será revelada. Caso opte pela identificação, seu nome será informado nos textos que serão produzidos para a composição da dissertação ou em alguma produção acadêmica desta decorrente.

G) Uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido será arquivada pelas pesquisadoras e outra será fornecida a você, pois contém informações importantes de contatos e de seus direitos ao participar desta pesquisa.

H) A sua participação na pesquisa se dará de forma voluntária e não lhe será concedida nenhuma forma de compensação financeira (pagamento ou bens materiais). Sua participação na pesquisa ocorrerá no espaço combinado entre você e a pesquisado sendo, preferencialmente, o CRAS ou a entidade que você participa, em horário em que você esteja disponível para participar dos encontros com a pesquisadora, sem prejuízo a suas demais atividades. Você não terá nenhuma despesa ou custo ao participar da pesquisa ou do que seja advinda dela e, caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, esta será coberta com recursos das despesas previstas no projeto. No caso de algum eventual dano material ou imaterial decorrente da pesquisa você também poderá solicitar a indenização conforme a legislação vigente.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa, Prof.^a Dr.^a **Kátia Maheirie**, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconizam as Resolução CNS 466/12 e 510/16, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Eu, _____
_____, RG _____, li este documento e obtive das pesquisadoras todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecida(o) e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações ou retirar meu consentimento, se assim o desejar, assim como a qualquer momento poderei alterar minhas opções assinaladas abaixo mediante comunicação de meu desejo às pesquisadoras. As pesquisadoras certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, caso essa seja minha opção expressa no campo abaixo, e me forneceram uma cópia do termo de consentimento livre e esclarecido, contendo as informações de contatos e de meus direitos ao participar desta pesquisa.

1) Autorizo a utilização das informações cedidas por mim no âmbito desta pesquisa as pesquisadoras Letícia de Andrade e Kátia Maheirie, cedendo a elas totalmente o conteúdo das entrevistas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Sim

Não

2) Indico abaixo minha opção referente ao sigilo ou não de minha identidade:

Opto pelo sigilo de minha identidade. Pseudônimo a ser adotado para identificar o conteúdo _____ das _____ minhas entrevistas: _____

Opto por minha identificação em trabalhos acadêmicos e científicos a serem produzidos pelas pesquisadoras, pois compreendo que minha identificação enquanto participante da pesquisa não me trará nenhum constrangimento ou dano, tendo em vista os objetivos do estudo e sua proposta de produção de conhecimento.

3) Quaisquer mudanças quanto à opção pelo sigilo ou identificação do participante, ou quanto à cessão de direitos patrimoniais autorais para fins acadêmicos e científicos será registrada nesse campo, com rubrica do participante e pesquisadoras:

Em caso de dúvidas entre em contato com a pesquisadora Letícia de Andrade pelo telefone (47) 99225-3445 em qualquer horário, com retorno de ligação caso a pesquisadora não possa atender, ou pelo e-mail ldandrade@outlook.com; Pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC (CEPSH/UFSC), no telefone (48) 3721-6094. O CEPSH/UFSC é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Nome Completo	Assinatura (Participante)	Local	Data
Letícia de Andrade	Assinatura da pesquisadora	Local	Data

Endereços para contato:

Pesquisadora Letícia de Andrade

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP:88040-970.

E-mail: ldandrade@outlook.com/ Telefone: (47) 99225-3445

Prof.^a Dra. Kátia Maheirie - orientadora

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC,
CEP:88040-970.

E-mail: maheirie@gmail.com / Telefone: (48) 3331-8566

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC

Endereço: Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, 222, sala 401, Trindade,
Florianópolis/SC, CEP: 88040-400

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br / Telefone: 48-3721-6094